

Redes Sociais e Tolerância à Infidelidade no Mundo Contemporâneo: Relação com a Perceção da Qualidade Relacional e Adição às Redes Sociais

Dissertação
Mestrado em Psicologia Clínica
Especialização em Terapias Familiares e Sistémicas

Maria Teresa Vilaça Ramos Ribeiro

Coimbra, 2025

Redes Sociais e Tolerância à Infidelidade no Mundo Contemporâneo:
Relação com a Perceção da Qualidade Relacional e Adição às Redes
Sociais

MARIA TERESA VILAÇA RAMOS RIBEIRO

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia
Clínica, Ramo de Especialização em Terapias Familiares e Sistémicas

Orientadora: Professora Doutora Joana Carvalho, Professora Auxiliar, ISMT

Coimbra, outubro de 2025

Agradecimentos

O presente trabalho representa a etapa final de um percurso académico e pessoal exigente, mas também profundamente enriquecedor, marcado por intensos momentos de aprendizagem e reflexão. Mais do que um simples resultado, simboliza um marco significativo que só foi possível graças ao apoio e à inspiração de muitas pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para esta caminhada.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a todos os participantes da amostra, cuja disponibilidade e tempo foram cruciais para que esta investigação ganhasse forma e relevância.

Do mesmo modo, expresso a minha gratidão às professoras da área de Psicologia, em especial às do mestrado, com quem tive o privilégio de aprender não só numa vertente profissional, mas também humana. Contribuíram de forma significativa para o meu conhecimento e para o meu desenvolvimento pessoal. Agradeço-lhes, assim, pela partilha de saberes, pela exigência intelectual e pelo exemplo de rigor e ética.

Em terceiro lugar, dedico um agradecimento especial à Professora Joana Carvalho, pela disponibilidade e atenção, pelas sugestões construtivas e, sobretudo, pelo incentivo e confiança demonstrados ao longo de todas as fases deste trabalho. A sua orientação foi decisiva para que esta investigação se concretizasse com significado e qualidade.

À minha colega e grande amiga, Catarina Carvalho, não há palavras suficientes para expressar a minha gratidão pela tua presença constante, apoio incansável e pela confiança, que foram fundamentais para a realização deste trabalho e para a superação dos desafios que se apresentaram ao longo desta fase. Aproveito também para agradecer à tua família, que abriu as portas de casa para me acolher e apoiar em todo este processo.

Agradeço igualmente às colegas de mestrado, pela entajuda, partilha e companheirismo ao longo de todo o percurso académico. As trocas de ideias, o apoio mútuo e os momentos de descontração permitiram tornar este caminho mais leve e enriquecedor.

Não posso deixar de agradecer aos meus amigos, em especial à Gil, à Caty e à Bea, pela vossa amizade genuína, pela compreensão e, acima de tudo pelo apoio incondicional nos períodos em que a exigência académica ocupava quase todo o meu tempo e energia.

À minha família, agradeço profundamente pela compreensão e paciência nos momentos de ausência e por me acompanharem em todo este percurso. Aos meus irmãos, pelas palavras de encorajamento e pela alegria que me transmitem; não posso deixar de destacar um dos livros que me foi particularmente útil na realização deste trabalho. Aos meus avós, pela abertura com que sempre me acolheram — pelas boleias, pelos ricos repastos e pelas conversas que, tantas vezes, me devolveram serenidade e motivação, bem como pela sabedoria e bondade em abundância. À minha mãe, exemplo maior de força, dedicação e amor, pela inspiração constante e por todo o sacrifício que tornaram este percurso possível.

Por fim, deixo o meu sincero agradecimento a todos os que, de alguma forma, contribuíram para que este percurso fosse possível e para a realização deste trabalho.

Resumo

Objetivos: Considerando a escassez de investigação sobre a tolerância à infidelidade, mostra-se pertinente aprofundar este tema face às mudanças socioculturais que transformam as concepções do compromisso, fidelidade e qualidade relacional, assim como à crescente influência das tecnologias digitais e das redes sociais nas relações amorosas. O presente estudo procurou analisar de que forma a tolerância à infidelidade – global e nas suas dimensões sexual e emocional – se associa a um conjunto de variáveis sociodemográficas e relacionais (e.g., idade, religiosidade, duração da relação amorosa).

Métodos: Este estudo assumiu um carácter quantitativo e transversal, com 310 participantes portugueses ou residentes em Portugal (sexo feminino, n = 232; 74,8%), com idades entre 18 e 77 anos, em relações amorosas e utilizadores de redes sociais. A recolha de dados foi realizada *online*, recorrendo a um protocolo composto por um questionário sociodemográfico e de dados complementares, e três instrumentos de autorrelato: a Escala de Tolerância à Infidelidade, para avaliar a disposição de manter ou terminar a relação amorosa face à infidelidade do(a) parceiro(a); o Inventário dos Componentes da Qualidade Relacional Percebida (ICQRP), para medir a qualidade relacional percebida em relações românticas e o *Internet Addiction Test* adaptado para redes sociais, para avaliar o grau de envolvimento com estas plataformas.

Resultados: Os resultados evidenciaram diferenças significativas em função do sexo, verificando-se que o sexo feminino apresentou menor tolerância à infidelidade, na dimensão emocional. A idade revelou associações significativas tanto com a tolerância global como com as suas dimensões, indicando que esta tende a aumentar progressivamente com a idade. Por outro lado, a religiosidade apresentou um efeito paradoxal: indivíduos religiosos registaram maior tolerância à infidelidade global, mas menor tolerância nas dimensões sexual e emocional.

Conclusões: Esta investigação realça a importância de explorar variáveis sociodemográficas, como a idade, o sexo biológico e a religiosidade, na análise da tolerância à infidelidade, contribuindo para o avanço da literatura nesta área. Apesar da significância reduzida dos resultados, o estudo constitui um ponto de referência útil para futuras investigações e para a prática clínica em terapia de casal.

Palavras-chave: relações amorosas, infidelidade virtual, tolerância à infidelidade, percepção da qualidade relacional, adição às redes sociais.

Abstract

Purpose: Considering the scarcity of research on tolerance toward infidelity, it is relevant to delve deeper into this topic in light of the sociocultural changes that transform conceptions of commitment, fidelity, and relational quality, as well as the growing influence of digital technologies and social media on romantic relationships. The present study sought to analyze how tolerance toward infidelity – both overall and in its sexual and emotional dimensions – is associated with a set of sociodemographic and relational variables (e.g., age, religiosity, duration of the romantic relationship).

Methods: This study adopted a quantitative and cross-sectional approach, with 310 Portuguese participants or residents in Portugal (female, $n = 232$; 74.8%), aged between 18 and 77 years, in romantic relationships and users of social networks. Data collection was conducted online using a protocol consisting of a sociodemographic and supplementary data questionnaire, and three self-report instruments: the Infidelity Tolerance Scale, to assess the willingness to maintain or end the romantic relationship in the face of partner infidelity; the Measurement of Perceived Relationship Quality Components (PRQC), to measure perceived relational quality in romantic relationships; and the Internet Addiction Test adapted to social media, to evaluate the degree of engagement with these platforms.

Results: The results revealed significant differences based on sex, showing that females exhibited lower tolerance for infidelity in the emotional dimension. Age showed significant associations with both overall tolerance and its dimensions, indicating that it tends to increase progressively with age. On the other hand, religiosity presented a paradoxical effect: religious individuals showed higher tolerance for overall infidelity, but lower tolerance in the sexual and emotional dimensions.

Conclusions: This research highlights the importance of exploring sociodemographic variables, such as age, biological sex, and religiosity, in the analysis of tolerance to infidelity, contributing to the advancement of the literature in this area. Despite the limited significance of the results, the study serves as a useful reference point for future research and for clinical practice in couples therapy.

Keywords: romantic relationships, virtual infidelity, tolerance of infidelity, perception of relational quality, social media addiction.

Índice

Introdução.....	1
A conjugalidade e os Desvios na Fidelidade	3
As Novas Tecnologias e a Infidelidade Virtual.....	6
A influência da Religião na Percepção da Infidelidade	12
O Presente Estudo.....	15
Métodos.....	17
Participantes.....	17
Procedimentos.....	22
Instrumentos.....	23
Questionário Sociodemográfico e de Informações Complementares.....	23
Inventário das Componentes da Qualidade Relacional Percebida (ICQRP).....	23
<i>Internet Addiction Test</i> adaptado às Redes Sociais (IAT)	24
Escala de Tolerância à Infidelidade (ETI).....	25
Análise Estatística.....	26
Resultados.....	27
Discussão.....	31
Limitações e conclusão.....	35
Referências Bibliográficas.....	38

Introdução

Não faz muito tempo que vigorava em Portugal uma ordem política, religiosa e moral que decretava uma cultura exclusivamente monogâmica, heterossexual, circunscrita ao matrimónio e à procriação (Policarpo, 2011). Após o 25 de abril, a sociedade portuguesa passou a reconhecer e a promover os valores de igualdade de género, consagrados na Constituição Portuguesa de 1976 (Aboim, 2011), o que impulsionou profundas transformações nas relações conjugais (Gameiro, 2024). Apesar destas mudanças, a ideologia monogâmica continua a prevalecer na cultura ocidental, segundo a qual assume-se um compromisso único, emocional e sexual, com um parceiro (Zerbini, 2014). Contudo, este conceito de fidelidade não se aplica universalmente, sendo possível observar, por exemplo, a ocorrência e normalização da poligamia em algumas regiões de África e em determinados países orientais (Freire, 2012).

A fidelidade é considerada uma cláusula sagrada da conjugalidade (Bozon, 2003; Gameiro, 2024), pelo que a sua transgressão pode ser vivida de formas diversas, consoante a configuração de cada contrato conjugal. Ao abordar o tema das fidelidades e das transgressões, torna-se inevitável considerar a infidelidade, fenómeno em constante evolução e que assume novas dimensões. Trata-se de um tópico sensível e controverso para os casais, dada a dificuldade em conversar sobre a mesma, sendo apenas quando confrontados com a infidelidade que se mostram mais recetivos a discuti-la. A interação entre indivíduos tem atingido novos patamares no mundo virtual, cada vez mais utilizado como ferramenta de desenvolvimento das relações interpessoais (Perel, 2017; Santos, 2018). Vários autores referem que os comportamentos dos sujeitos diferem quando conectados ao mundo virtual, fenómeno designado por “*desindividuação*” (Suler, 2004). Neste contexto, o uso crescente da internet e das redes sociais na vida quotidiana de grande parte da população ocidental proporciona oportunidades para que os casais adotem comportamentos considerados comprometedores da fidelidade conjugal (Henline et al., 2007). Assim, o conceito de infidelidade transforma-se, deixando de se limitar ao contacto físico para incluir novas formas de relações mediadas pelo mundo virtual (Coutinho, 2013). Estes novos contornos aumentam a divergência e a complexidade operacional da sua definição (Castro et al., 2006).

A infidelidade constitui uma ameaça no relacionamento amoroso (Almeida, 2007; Goldenberg, 2006) e é descrita como uma das maiores crises na vida conjugal, em termos de severidade, duração e resolução. Contudo, a vertente clínica contesta a ideia de que a

infidelidade seja o fator principal da dissolução conjugal (Gameiro, 2024), contrastando com a perspectiva científica que apresenta uma visão diferente (Coutinho, 2013). Na maioria dos casos, esta crise provoca grande sofrimento para todos os envolvidos e exige a necessidade de processar o luto (Caruso, 1989; Sattler, 2010).

Gameiro (2024), na sua obra “*Manual da Infidelidade*”, sublinha que a ocorrência de uma infidelidade nem sempre põe em causa o amor do indivíduo pelo seu parceiro, mas representa a quebra de uma das regras fundamentais da conjugalidade. Entre as consequências deste fenómeno, destacam-se a deterioração da comunicação e o desequilíbrio na dinâmica do casal. Nos casos mais graves, pode desencadear níveis acrescidos de agressividade, ideação ou planeamento suicida, bem como crimes passionais (Freitas & Borges, 2014, Oliveira & Bressan, 2014; Prado, 2009; Rogozinski et al., 2010). A reação ao rompimento da monogamia difere, contudo, em função da cultura, do grupo social e familiar, das crenças religiosas e das experiências individuais do casal, fatores que influenciam a perceção da infidelidade e a decisão de manter ou terminar o relacionamento (Almeida, 2007; Perel, 2017; Silva, 2022).

Nem sempre a infidelidade origina uma crise exclusivamente negativa, nem implica necessariamente o fim do relacionamento. Em alguns casos, pode representar uma oportunidade de crescimento e uma forma alternativa de redefinir o contrato conjugal de modo satisfatório para ambos, desde que o casal esteja disposto a ultrapassar a crise, tendo em conta a intensidade do sofrimento e das mudanças que esta provoca na vida conjugal (Almeida, 2007; Pasini, 2010; Pittman, 1994).

Nas diversas narrativas sobre a infidelidade, destacam-se perspectivas que a interpretam como pecado, traição, expressão da natureza humana e, em menor número, como uma forma de revitalizar a relação (Urman, 2009). Identificam-se entre os seus preditores, a baixa qualidade e o reduzido investimento na relação primária (Viegas & Moreira, 2015). Outro argumento recorrente sugere que a insatisfação com determinadas dimensões da relação pode impulsionar a infidelidade, levando o indivíduo a procurar satisfação num terceiro. De forma geral, a infidelidade conjugal é frequentemente vista como um sintoma de disfunção ou dificuldade na relação (Mariana, 2009).

Desta forma, com base numa amostra de sujeitos portugueses predominantemente em relações conjugais heterossexuais, a presente investigação propõe-se a contribuir para a compreensão da perceção da tolerância à infidelidade, considerando a utilização das redes sociais e a perceção da qualidade relacional.

A Conjugalidade e os Desvios na Fidelidade

Nas últimas cinco décadas as relações conjugais têm experienciado profundas transformações (Gameiro, 2024). Neste período, o conceito de conjugalidade alterou-se, dando origem a diversas formas de organização do casal. Entre estas, destacam-se: a família tradicional, em que os papéis e funções estão definidos segundo o género feminino/masculino; a moderna, caracterizada pela partilha de papéis e funções em igualdade de género; a fortaleza, em que os papéis e regras se mantêm rígidos perante a mudança; a de companheirismo, marcada pela abertura e acolhimento na partilha de funções; a paralela, em que não existe partilha comum e o casal se mantém fechado nesse nível; e a de associação, baseada na ligação afetiva, mas privilegiando a dimensão individual (Caniço et al., 2010; Vailati, 2011). Destaca-se, em particular, o conceito de “família de associação”, que reflete a prevalência contemporânea de uma sociedade individualista, em que os valores privilegiam a esfera individual em detrimento do coletivo. Deste modo, com a individualidade como foco central, as relações tendem a assumir um carácter secundário e efêmero, tornando-se muitas vezes breves ou temporárias (Lipovetsky, 2004).

Uma das principais dificuldades na vivência das relações amorosas prende-se com o contexto pós-moderno, caracterizado pelo predomínio do individualismo, que procura conciliar a vida em comum com a afirmação da autonomia e da independência individual (Singly, 2010). Neste sentido, investir numa relação amorosa pode ser percecionado como uma ameaça no seio da sociedade contemporânea (Bauman, 2004).

Tendo em conta que o foco deste estudo se centra na conjugalidade, importa apresentar algumas definições relativas às relações românticas, segundo diferentes autores. Varma et al. (2023) consideram, de forma geral, que uma relação romântica corresponde a um acordo consensual entre dois indivíduos comprometidos a um nível afetivo. Já Caillé (1991) defende que o casal é constituído por dois sujeitos, mas que deve ser compreendido numa lógica complexa, enquanto tríade, expressa na equação $1 + 1 = 3$. Satir exemplifica esta conceção com a ideia de que, para além dos dois elementos, existe uma dimensão adicional: o “nós”. Segundo Caillé, o modelo conjugal implica um processo contínuo de integração e desintegração, equilibrando elementos externos, como os valores sociais e culturais (Dias, 2000; Narciso & Ribeiro, 2009). Perel (2006) sublinha que a constituição de um casal requer que ambos os parceiros definam limites à sua união, distinguindo-a de outras relações e apoiando-se nas normas sociais e culturais com que

se identificam. Aboim (2006) acrescenta que, para a maioria das pessoas, o sentimento amoroso constitui a base primordial na escolha da formação da relação conjugal (Narciso & Ribeiro, 2009). Deste modo, Sternberg (1988) propôs um modelo do amor romântico, no qual a intimidade corresponde aos sentimentos de proximidade e ligação entre os parceiros, a paixão refere-se à atração física, ao envolvimento romântico e à excitação perante o outro, e o compromisso traduz-se na convicção de amar e ser amado, bem como na intenção de preservar a relação a longo prazo.

Para além das definições anteriores, importa referir as configurações da conjugalidade, destacando-se a monogâmica, predominante em diversas culturas (Narciso & Ribeiro, 2009), que abrange diferentes formas de relacionamento, como o namoro, noivado e matrimónio (Moller & Vossler, 2015). Independentemente do tipo de relação conjugal, estas relações amorosas influenciam duas dimensões fundamentais da vida humana: o bem-estar subjetivo e a saúde, condicionando diretamente a qualidade de vida (Gameiro, 2024; Johnson et al., 2012; Narciso & Ribeiro, 2009; Umberson et al., 2006).

As relações românticas são voláteis, pelo que a vivência da conjugalidade exige esforços contínuos de adaptação por parte do casal. Quanto maior a duração da relação, mais evidentes se tornam alterações na comunicação, na igualdade de papéis, na resolução de conflitos e na satisfação conjugal (Lourenço, 2006; Narciso & Ribeiro, 2009; Silva, 2022). DeFrank-Lynch (1986) descreve o ciclo vital do casal em três etapas: a fusão, nos primeiros dez anos, marcada pela criação do “nós” conjugal; o retorno ao “tu” e ao “eu”, na segunda década, exigindo reconhecimento das diferenças individuais, e a empatia, que permite acolher o outro com compreensão e alcançar maior estabilidade. Na sociedade contemporânea, observa-se uma maior abertura no contrato conjugal e uma capacidade crescente de acolher o novo, embora a configuração monogâmica continue a ser um pilar central nas relações conjugais (Goldenberg, 2013).

A fidelidade é um alicerce fulcral da monogamia e continua a ser altamente valorizada na conjugalidade contemporânea (Bozon, 2003), embora novos modelos relacionais a questionem (Klesse, 2006; Treas & Giesen, 2000). Atualmente, destaca-se o respeito pelo parceiro e pela ligação que os une (Freire, 2012). O incumprimento deste princípio é interpretado como traição (Silva, 2022), sendo considerado, segundo Gameiro (2024), “(...) *uma grave crise conjugal*”. DeGenova e Rice (2005) referem que, no início da relação, o casal estabelece um acordo implícito sobre o que é considerado tolerável, sem precisar definir explicitamente comportamentos extraconjugais. Na cultura contemporânea, as normas e expectativas relativas à relação romântica podem ser

ambíguas, especialmente face às configurações não-monogâmicas consensuais (Conley et al., 2017). Apesar das divergências, existe consenso em definir a infidelidade como comportamentos que violam a confiança e o acordo implícito entre os parceiros (Fife et al., 2008). A fidelidade mantém-se valorizada, embora o número de casos de infidelidade aumente, fenómeno designado por Goldenberg (2008) como “*fidelidade paradoxal*”. A quebra de um contrato afetivo, implícito ou explícito, entre parceiros exclusivos refere-se a qualquer envolvimento sexual, emocional ou romântico com outro indivíduo, sem conhecimento ou consentimento do parceiro, mantido em segredo (Glass, 2002; Leal, 2005).

Diversos autores destacam a importância de distinguir as configurações não-monogâmicas consensuais na definição de infidelidade. Numa relação monogâmica, a infidelidade é interpretada de forma diferente daquela observada em relações onde ambos os parceiros aceitam modelos não-monogâmicos, como a poligamia ou relações abertas, fazendo com que a perceção de infidelidade varie entre casais (Barker, 2005; Conley et al., 2012). Todavia, a classificação de um comportamento como infiel depende do indivíduo e das circunstâncias, sendo possível que os parceiros discordem quanto à perceção de certos atos (Thompson & O’Sullivan, 2016). Ainda assim, diversos autores defendem que cabe ao casal definir os limites da fidelidade no contexto da sua relação (Gameiro, 2024; Haack & Falcke, 2013; Perel, 2017).

Perel (2019) descreve o impacto da infidelidade nas relações de forma metafórica: “*(...) corta até ao osso, mas a ferida pode ser cuidada*”. Esta metáfora ilustra que, apesar da gravidade da violação da confiança, a relação pode ser reconstruída, como reflete o número crescente de casais que recorrem à terapia para lidar com os efeitos da infidelidade (Gonyea, 2004; Hertlein & Stevenson, 2010). O sofrimento constitui o impacto mais significativo deste fenómeno, existindo, contudo, diferenças notáveis entre géneros na forma como a traição é vivida (Becker et al., 2004; Gameiro, 2024). Entre os parceiros traídos, observa-se a perda de confiança, acompanhada de choque, raiva, episódios de depressão ou ansiedade, e dificuldade em decidir permanecer ou terminar a relação (Cravens & Whiting, 2015; Schneider et al., 2012). Por outro lado, os parceiros que cometem a traição podem experienciar sentimentos de culpa, arrependimento, vergonha e tristeza (Varma & Maheshwari, 2024). Nos piores casos, a infidelidade pode ainda desencadear episódios de violência e, em situações extremas, até a morte (Hall & Fincham, 2006; Nemeth et al., 2012). Tendo em consideração as diferenças de género tanto na perceção da infidelidade como nas possíveis variações no comportamento

extrarrelacional, a literatura sublinha a relevância de avaliar as atitudes face à infidelidade, uma vez que estas podem constituir preditores do comportamento neste fenómeno (Afonso, 2011).

A conjugalidade contemporânea enfrenta desafios decorrentes das transformações sociais, culturais e tecnológicas. A fidelidade continua a ser valorizada, mas a infidelidade, presencial ou virtual, revela impactos emocionais e relacionais significativos. Fatores como género, religiosidade, e satisfação conjugal influenciam a perceção e vivência da traição, sublinhando a complexidade das relações amorosas na atualidade.

As Novas Tecnologias e a Infidelidade Virtual

A tecnologia, e em particular a tecnologia da informação (TI), assume hoje um papel central na sociedade contemporânea. De forma geral, tecnologia refere-se a ferramentas, sistemas e métodos para resolver problemas ou alcançar objetivos, enquanto a TI foca-se na gestão e manipulação de informação através de sistemas computacionais e de telecomunicações. Ao longo do tempo, estas evoluíram de simples instrumentos de armazenamento de dados para sistemas sofisticados que moldam a comunicação global, os negócios, a educação e o quotidiano das pessoas (Oladele & Bambi, 2025). Com este avanço, a internet tornou-se a ferramenta de comunicação mais utilizada, sendo central nas relações interpessoais, conceito descrito como “*sociedade em rede*” (Castells, 2003).

Para compreender a influência da *internet* na vida das pessoas, Lévy (1996) define “*virtual*”, do latim *virtus* – força ou potência – como uma realidade de potencialidades, existente enquanto possibilidade sem manifestação material. Este conceito distingue relações mediadas pela *internet* das presenciais, superando barreiras geográficas e temporais (McDaniel & Coyne, 2017; Rocha, 2007). Galvão (2017) introduz o “*efeito Moebius*”, descrevendo a difusão das fronteiras entre espaço pessoal e exterior. Assim, o mundo virtual surge como espaço de constante receção de informação e novidade, comprometendo limites individuais e relacionais, e levando os indivíduos a procurar satisfação imediata ou colmatar necessidades não concretizadas no mundo real (Bauman, 2004; Young & Abreu, 2011). Como consequência, pode desenvolver-se uma dependência, sobretudo em sujeitos mais vulneráveis, fragilizados ou sem vínculos interpessoais sólidos (Coutinho, 2013).

Young et al. (2011) destacam que, com base em particularidades individuais, emerge um tipo de dependência da *internet* que pode afetar qualquer utilizador. Manifesta-se, por exemplo, na privação de sono devido ao consumo prolongado, adiamento de responsabilidades ou percepção de que a vida sem *internet* seria menos interessante. Outras consequências incluem isolamento social, substituição das interações presenciais por relações virtuais, prejuízo no desempenho laboral e episódios de ansiedade ou depressão (Coutinho, 2013; Young, 1996). Esta utilização aditiva pode funcionar como refúgio de experiências desconfortáveis do mundo real, especialmente em indivíduos com dificuldades de interação social, proporcionando temporariamente uma cobertura ilusória para as carências vividas (Caplan, 2022; Ferreira-Lemos, 2011; Young, 2007). Os primeiros registos de investigação sobre dependência da *internet* surgiram nos Estados Unidos, com destaque para Young (1996), que propôs os primeiros critérios de diagnóstico para esta condição no seu trabalho “*Internet addiction: The emergence of a new clinical disorder*”. Apesar do surgimento de múltiplos estudos ao longo do tempo, ainda se conhece relativamente pouco sobre os fatores que contribuem para a adição, havendo divergências entre os investigadores quanto ao diagnóstico (Coutinho, 2013; Young & Abreu, 2011).

Como anteriormente referido, o uso aditivo da *Internet* deve-se, em grande parte, à sua natureza altamente gratificante (Young e Abreu, 2011), sendo considerada intrinsecamente apelativa (Young, 2007). Esta atratividade advém de características específicas, como rapidez, interatividade, variedade de conteúdos estimulantes, fácil circulação e acesso à informação, bem como a sua abundância. Estes fatores têm contribuído para o aumento do uso da *internet* na vida quotidiana, abrangendo tarefas laborais, atividades recreativas e relações amorosas (Chou, 2001; Greenfield, 1999; Yellowlees & Marks, 2007). No contexto interpessoal, observa-se uma evolução que influencia o modo de pensar, sentir e comportar, o que se traduz no fenómeno da “*desinibição*” online, em que os indivíduos interagem de forma distinta da realidade presencial (Suler, 2004; Wallace, 1999). Assim, surgem novas formas de relacionamento, alterando dinâmicas no casamento, namoro e interações sexuais casuais (Pereira, 2005). No caso das ligações românticas, estas podem frequentemente ocorrer entre estranhos, facilitando o desenvolvimento acelerado de vínculos emocionais que evoluem para intimidade afetiva e emocional (Santos, 2018; Shrestha et al., 2023; Suzuki & Calzo, 2004; Young & Abreu, 2011).

A *Internet* oferece diversas formas de interação, permitindo iniciar ou recusar conversas com qualquer pessoa, a qualquer momento, sem impacto significativo na vida diária (Bauman, 2004). As redes sociais desenvolveram-se a partir das relações entre indivíduos, numa sociedade da informação dinâmica e estruturada (Ferreira, 2012). Etimologicamente, “*rede*” deriva do latim *rete*, assumindo atualmente significados como sistema interligado de meios de interação ou computadores. O conceito remonta ao início do século XX, quando a sociologia passou a usar a metáfora da rede para explicar a ligação entre comportamento individual e estrutura social, dando origem à sociometria. Hoje, refere-se a um conjunto de pessoas interligadas por padrões de contacto e interação.

Inicialmente, o termo “*redes sociais*” encontrava-se predominantemente associado às tecnologias da informação (Ferreira, 2012), que transformaram a comunicação nas relações, sobretudo nas interações presenciais. Atualmente, os casais procuram integrar-se nestes novos formatos, compreendendo o papel destas ferramentas no fortalecimento do vínculo afetivo (Ferreira-Lemos, 2011). Zerbini (2014) destaca que todos os casais enfrentam um processo de redefinição de limites e fronteiras à medida que evoluem os modos de contacto nas redes sociais. Estas mudanças podem, contudo, afetar a dinâmica do casal, influenciando os diálogos e gerando a sensação de intrusão nos momentos de intimidade partilhados. Desde 2010, o interesse em estudar os efeitos das redes sociais nas relações românticas tem vindo a crescer (McDaniel & Coyne, 2017), com especial enfoque na influência destas plataformas na intimidade do casal, na qualidade do tempo partilhado, no surgimento de desentendimentos e conflitos, bem como na definição e sustentação das relações (Rus & Tiemensma, 2017).

O caráter potencialmente aditivo das redes sociais é impulsionado por gostos, comentários e seguidores, favorecendo comportamentos compulsivos e direcionando interações *online* para a infidelidade. A combinação da intimidade virtual com a adrenalina do segredo transforma estas plataformas num ambiente propício à transgressão da fidelidade, comprometendo a confiança e o compromisso essenciais às relações afetivas (Develin, 2024). O principal impacto prende-se com a descompensação das normas tradicionalmente associadas à fidelidade, uma vez que o espaço *online* pode levar o casal a envolver-se em comportamentos considerados infieis, mesmo por quem não pretende transgredir o compromisso (Henline et al., 2007; Zerbini, 2014). Schnieder et al. (2012) salientam que os limites da fidelidade estão a ser progressivamente testados por estes novos padrões de interação, dado que a infidelidade pode ocorrer sem contacto físico direto, mantendo-se à distância. Esta situação levanta questões sobre o que pode ser

considerado infidelidade no mundo virtual, tornando-se relevante refletir sobre percepções e conceitos de infidelidade no panorama digital atual (Moller & Vossler, 2019).

McDaniel et al. (2017) definem a infidelidade *online* de forma ampla, abrangendo desde mensagens em redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, até aplicações de encontros, como *Tinder* e *Grindr*. Entre os comportamentos virtuais destacam-se enviar pedidos de amizade a ex-parceiros, mensagens privadas ou interações com publicações de outros utilizadores através de *likes* e comentários. Develin (2024) complementa, considerando a infidelidade *online* como a participação em ações românticas ou sexuais fora da relação primária, facilitadas por plataformas digitais.

Henline et al. (2007) identificam ações associadas à infidelidade virtual, como cibersexo, troca de imagens sexuais, encontros *online*, namoriscar, sedução na *internet* e consumo de pornografia digital. Esta última, embora não seja necessariamente sinónimo de infidelidade, pode comprometer a confiança e a estabilidade da relação quando consumida de forma excessiva ou secreta, dada a sua disponibilidade imediata e variada *online* (Wright et al., 2017). A intensidade e permanência da comunicação virtual permitem que mensagens e interações ocorram de forma mais íntima do que na comunicação presencial, acelerando a criação de vínculos de intimidade (Gameiro, 2024; Walther, 2007). Além disso, estes formatos podem comprometer o espaço do casal primário, possibilitando trocas de mensagens com terceiros mesmo na presença do parceiro. Assim, as plataformas sociais podem tornar-se potencialmente invasivas, ao difundir os limites pessoais e possibilitar a exposição ou violação de informações consideradas privadas (Gameiro, 2024; Gerson, 2011; Moller & Vossler, 2019). Por outro lado, alguns autores defendem que a conjugalidade implica a definição de regras sobre o que cada casal considera infidelidade, pautadas por expectativas mútuas e contratos explícitos ou implícitos (Zerbini, 2014). Na mesma ótica, Vossler (2016) conceptualiza a infidelidade como um “*construto social*”.

Relativamente à infidelidade virtual, diversos autores destacam que esta se distingue de outras formas de infidelidade, particularmente ao nível comportamental. Contudo, essa diferença não altera os fatores que contribuem para a sua ocorrência, nem diminui o impacto nos relacionamentos (Shaw, 1997). Conforme salienta Caruso (1989), a infidelidade continua a ser uma das experiências mais dolorosas, pois implica a necessidade de elaborar um luto em vida.

As redes sociais têm um papel crescente na partilha de informações privadas, servindo também como via para comportamentos associados à infidelidade. Plataformas

como *Facebook* e *Twitter* facilitam as interações com ex-parceiros e ações emocionais ou sexuais que podem comprometer a fidelidade da relação primária, evidenciando o impacto transformador da tecnologia nas relações amorosas (Hertlein & Stevenson, 2010). Gerson (2011) destaca características das redes que favorecem a infidelidade, como fácil acessibilidade, excitação e anonimato, semelhantes ao conceito do “*triplo A*” de Cooper (2002): acesso fácil, baixo custo e anonimato.

No conceito do “*triplo A*”, a fácil acessibilidade refere-se à disponibilidade de acesso à *internet*, sendo que quanto maior o acesso às plataformas digitais, maior a predisposição para o envolvimento na infidelidade virtual. O custo acessível diz respeito ao investimento financeiro necessário para participar neste tipo de infidelidade: basta um computador ou outro dispositivo que permita ao indivíduo conectar-se e interagir de forma privada com outros. Por fim, o anonimato garante a descrição da identidade que escolhe revelar *online*, podendo ser parcialmente verdadeira ou totalmente fictícia, facilitando a ocorrência da infidelidade virtual em contraste com o mundo real, onde mascarar a identidade é mais difícil e arriscado (Cooper, 2002). Alguns investigadores acrescentam um quarto elemento – a aproximação –, que representa a oportunidade proporcionada pela *internet* de experienciar determinadas situações, aproximando fantasias e desejos sexuais da realidade (Ross & Kauth, 2002; Varma et al., 2023). Antes da inclusão destes fatores adicionais, já existia o amplo modelo de vulnerabilidades associadas à infidelidade virtual, conhecido como “*sete As*” (Hertlein & Blumer, 2013), que integra os quatro fatores anteriores acrescidos de aceitabilidade, ambiguidade e acomodação (Hertlein & Stevenson, 2010). A aceitabilidade refere-se ao facto de certos comportamentos, condenáveis no mundo real, serem toleráveis no ambiente virtual, como o consumo de pornografia ou outras práticas ligadas à intimidade *online*. A ambiguidade surge na dificuldade de definir se determinadas atividades virtuais são aceitáveis, uma vez que o consumo de pornografia pode ser problemático para alguns, mas irrelevante para outros. Por fim, a acomodação descreve a procura de companhia *online* e a ambivalência entre o eu ideal e o eu real, podendo amplificar qualidades próprias no ambiente virtual (Hertlein & Stevenson, 2010). É também relevante considerar fatores da relação primária que influenciam a infidelidade, como a desconexão emocional ou sexual, insatisfação, carência afetiva, comprometimento reduzido e percepção de outros parceiros como promissores ou atraentes (Brady et al., 2019; Coleta et al., 2008; Mark et al., 2011; Mileham, 2007; Young, 2006). Estes fatores relacionam-se sobretudo com a esfera sexual

e afetiva, incluindo insatisfação sexual, falta de amor, baixo comprometimento e baixa autoestima (Selterman et al., 2021).

Pittman (1994), sugere que a infidelidade pode refletir de tensões não resolvidas no casal, sendo também vista como sintoma de disfunção ou de dificuldades na relação (Perel, 2017; Selterman et al., 2021). Em vez de enfrentar diretamente essas questões, alguns indivíduos recorrem a relacionamentos extraconjugais, na esperança de que o envolvimento com um terceiro possa aliviar sentimentos desconfortáveis vividos na relação principal. Gameiro (2024) afirma que a insatisfação de um dos membros do casal pode levar ao início de uma nova relação. Complementarmente, Logan & Cobb (2016) consideram a satisfação conjugal um indicador da qualidade da vida a dois, associada ao bem-estar, proximidade, segurança, carinho, intimidade e alinhamento entre os desejos dos parceiros. Fletcher et al. (1998) identificam seis componentes essenciais da qualidade relacional: satisfação, compromisso, intimidade, confiança, paixão e amor. A sua ausência ou fragilidade pode abrir espaço para a infidelidade (Barta & Kiene, 2005; Blow & Hartnett, 2005). Barta e Kiene (2005), enfatizam a menor percepção da qualidade relacional com o envolvimento em comportamentos infielis. Contudo, Gameiro acrescenta que nem sempre há um motivo “racional” para o envolvimento extraconjugal, sendo a entrada de um terceiro na relação primária frequentemente resultado de um espaço implícito criado na dinâmica do casal (Craveiro, 2019).

Desta forma, a tecnologia contribui significativamente para este “convite”, ao facilitar comportamentos associados à infidelidade, provocando excitação, novidade e atenção, ou o desejo de as experimentar (Norona et al., 2018), ampliando as possibilidades de interação (Zerbini, 2014). Whitty (2008) corrobora esta ideia, mostrando que muitos relacionamentos do mundo real se desenvolvem a partir de plataformas online. Além disso, as redes sociais permitem interações com pessoas fora da relação primária (Utz et al., 2015; Vaterlaus et al., 2016), e indivíduos com maior adição à internet apresentam maior propensão a comportamentos de infidelidade virtual (Young & Abreu, 2011). Desde a pandemia de Covid-19, estes comportamentos têm registado um aumento significativo (Gordon & Mitchell, 2020).

Como já foi referido, a infidelidade acarreta uma série de implicações para a relação amorosa, independentemente do seu tipo. Em casos mais graves, pode desencadear violência doméstica e, em muitas situações, leva os indivíduos a recorrerem à terapia de casal (Fincham & May, 2017). Quando confrontados com este fenómeno, o

casal depara-se com a decisão de se separar ou perdoar, sendo que quanto mais tempo adiam essa decisão, maior tende a ser o prolongamento do sofrimento (Almeida, 2007).

Diversos autores identificam diferenças de género na forma como os membros de um casal percebem e reagem à infidelidade na cultura ocidental. Nas mulheres, a infidelidade emocional tende a provocar uma reação mais intensa do que a sexual, enquanto nos homens a resposta emocional é geralmente mais forte perante uma infidelidade sexual. Estas diferenças podem estar relacionadas com normas e expectativas sociais sobre relacionamentos e fidelidade (Hall & Fincham, 2009; Maddock, 2022). Shrestha et al. (2023) reforçam que fatores culturais, tais como normas sociais, desigualdade de género, lacunas na educação, pressões financeiras, marginalização e situações embaraçosas, influenciam tanto a ocorrência como a perceção da infidelidade.

A tecnologia, em especial a *internet* e as redes sociais, transformaram significativamente a forma como os indivíduos experienciam a conjugalidade, ampliando oportunidades para a infidelidade virtual. Fatores individuais, relacionais, culturais e de género influenciam a perceção e o impacto da traição, evidenciando a complexidade das relações amorosas contemporâneas e a necessidade de compreender as dinâmicas digitais no contexto da fidelidade.

A Influência da Religião na Perceção da Infidelidade

No século XIX, o termo “adultério” era utilizado para designar relações extraconjugais, entendidas como envolvimento fora do casamento. Porém, no caso dos homens, estes comportamentos eram geralmente tolerados, associando-se às suas supostas necessidades sexuais e afetivas (Vatin, 2002). Esta diferença revela que, desde tempos históricos, a perceção do adultério se encontrava marcada por desigualdade de género: enquanto os homens eram frequentemente desculpados, as mulheres eram alvo de reprovação e castigo (Magalhães, 2009). No século XX, registou-se uma mudança que veio questionar os comportamentos conjugais e, conseqüentemente, ressignificar os papéis atribuídos a homens e mulheres no seio da relação (Vatin, 2002). Essa transformação trouxe para o centro da organização social, passando a infidelidade a ser censurada e punida por diferentes tradições religiosas – católica, evangélica ou espírita – que anteriormente não a condenavam com a mesma veemência (Coutinho, 2013). Em Portugal, este enquadramento religioso e moral foi particularmente visível durante o Estado Novo, período em que predominava uma sociedade

monogâmica, heterossexual e orientada para o casamento e a procriação (Policarpo, 2011). Neste sentido, a religião assumiu um papel regulador, moldando a percepção da infidelidade e incentivando indivíduos mais religiosos a adotar atitudes coerentes com esta moral, incluindo a adesão a redes sociais religiosas que reforçam sanções contra a infidelidade nas suas comunidades. A literatura sugere, todavia, que a religiosidade não se encontra associada à prática da infidelidade (Maddock, 2022).

Tendo em consideração a influência da religião na vida de um indivíduo – sendo esta uma componente significativa da sua identidade –, revela-se pertinente apresentar a sua definição (Maddock, 2022). Segundo Jefferson (2009), a religião consiste num conjunto de crenças e valores partilhados por uma comunidade. De forma complementar, Hood et al. (2018) definem-na como o conjunto de crenças, doutrinas, rituais e celebrações adotadas pelas pessoas em relação a uma entidade superior e à comunidade da qual fazem parte. Torna-se ainda relevante distinguir religião de espiritualidade, uma vez que, apesar de frequentemente relacionadas, apresentam diferenças fundamentais: para McCullough et al. (2001), a religião possui uma estrutura formal e orientada para o exterior, enquanto a espiritualidade é percebida como uma experiência interior e individual.

Conforme já destacado, a religião exerce influência sobre o indivíduo, nomeadamente na forma como este percebe determinadas condutas. Pessoas com um maior grau de religiosidade tendem a julgar de forma mais severa comportamentos associados à infidelidade, valorizando fortemente a fidelidade nas relações amorosas e demonstrando, assim, um elevado nível de rigor relativamente a esta temática (Santos, 2018; Viegas & Moreira, 2013). Por outro lado, verifica-se que a ocorrência de casos de infidelidade é mais frequente entre indivíduos sem afiliação religiosa do que entre aqueles que se identificam com uma religião (Burdette et al., 2007; Forste & Tanfer, 1996). Outro aspeto central prende-se com os estudos que analisam as relações românticas sob a perspetiva do compromisso e da influência de componentes religiosas, frequentemente abordadas na psicologia e na sociologia. Estes estudos são motivados pela associação entre religiosidade e o grau de compromisso demonstrado numa relação amorosa, uma vez que a religião molda a percepção individual sobre estes aspetos. Assim, observa-se que pessoas inseridas em contextos altamente religiosos tendem a apresentar níveis mais elevados de compromisso nas suas relações (Utami, 2022).

Outros estudos focam-se na influência da religião na qualidade das relações, considerando amostras de indivíduos casados ou em coabitação. Grande parte destes

trabalhos evidencia resultados significativos (Call & Heaton, 1997; Myers, 2006; Wolfinger & Wilcox, 2008). Alguns autores explicam estes resultados pelo apoio que a religião proporciona aos casais e famílias em diferentes níveis (Edgell, 2006; Stolzenberg et al., 1995), refletindo-se numa percepção de maior qualidade relacional entre pessoas com maior envolvimento religioso (Ellison et al., 2010; Lichter & Carmalt, 2009; Wolfinger & Wilcox, 2008). Vermeulen et al. (2023) indicam que tanto o grau de religiosidade de cada membro do casal como as características do contexto religioso em que vivem influenciam o risco de término da relação, fenómeno designado por “efeito a nível de casal”.

Em relações marcadas por fortes valores religiosos, a fidelidade é frequentemente considerada sagrada, o que pode amplificar a sensação de traição em caso de infidelidade (Pargament et al., 2005). Esta percepção pode dificultar a reconstrução da relação ou levar à permanência nela por sentimento de dever. Por outro lado, crenças religiosas relativas ao arrependimento e ao perdão podem favorecer a cura da relação e incentivar um cuidado maior com o vínculo afetado (Rye et al., 2005). No que se refere ao perdão, Chi, et al. (2019) apontam que a sua probabilidade depende da empatia do indivíduo e da força do vínculo conjugal. Adicionalmente, as comunidades religiosas partilham uma perspetiva comum sobre as consequências da infidelidade, tanto para a relação como para a própria comunidade. Nesse contexto, a descoberta de um caso extraconjugal pode gerar vergonha ou humilhação para o indivíduo, devido à marginalização ou exclusão social, contrastando com comunidades não religiosas, em que estes riscos são menos prováveis (Atkins, 2008). Ebaugh (2006) reforça esta perspetiva, salientando o estigma social e a potencial perda de relações de amizade.

Em síntese, a religião assume um papel determinante na percepção da infidelidade, influenciando não apenas a forma como os indivíduos a interpretam e reagem a este comportamento, mas também os riscos sociais associados à sua descoberta. Assim, a religiosidade emerge como um fator normativo e comunitário que orienta o comportamento conjugal e condiciona o julgamento e o perdão perante transgressões amorosas.

O Presente Estudo

O presente estudo surge num contexto em que as transformações provocadas pelas novas tecnologias têm vindo a reconfigurar os modos de interação, intimidade e compromisso nas relações amorosas (Develin, 2024; Pereira, 2005; Rus & Tiemensma, 2017; Zerbini, 2014). A proliferação de redes sociais, aplicações de mensagens instantâneas e outras plataformas digitais trouxe novas possibilidades de comunicação, mas também desafios acrescidos às dinâmicas conjugais, nomeadamente no que se refere à gestão da confiança, dos limites e da fidelidade nas relações (Develin, 2024; Ferreira-Lemos, 2011; McDaniel & Coyne, 2017; Viegas & Moreira, 2015).

Mais do que avaliar comportamentos objetivos, importa compreender de que modo estas novas formas de interação digital influenciam as perceções individuais, as atitudes e os níveis de tolerância face à infidelidade no contexto das relações monogâmicas (Afonso, 2011; Almeida, 2007; Matsick et al., 2012; Moller & Vossler, 2019; Schnieder et al., 2012; Suler, 2004; Thompson & O’Sullivan, 2016). A infidelidade – seja a nível emocional, sexual ou mediada por tecnologia – suscita diversas questões sobre os limites do compromisso, as definições subjetivas de traição e os fatores que implicam na sua aceitação ou rejeição (Almeida, 2007; Fincham & May, 2017; Shaw, 1997). Estas definições podem variar significativamente entre indivíduos, sendo influenciadas por variáveis como o género, a idade, a religiosidade, a duração da relação, a perceção da qualidade relacional e, ainda, o uso das novas tecnologias no dia-a-dia (Barta & Kiene, 2005; Burdette et al., 2007; Maddock, 2022; Shrestha et al., 2023; Young & Abreu, 2011).

Apesar do crescente interesse académico pela temática da conjugalidade e da infidelidade, em Portugal continua a verificar-se uma escassez de estudos que integrem as dimensões emocionais e sexuais da infidelidade com os novos moldes tecnológicos em que as relações decorrem. Esta lacuna reforça a importância de investigar não apenas os comportamentos associados à infidelidade, mas também as atitudes, perceções e valores subjetivos que lhe estão subjacentes numa era marcada pela conectividade constante e pela difusão dos limites entre o público e o privado, o real e o virtual (Gameiro, 2024; Gerson, 2011; Chou, 2001; Greenfield, 1999; Moller & Vossler, 2019; Yellowlees & Marks, 2007).

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre a tolerância à infidelidade global, sexual e emocional em indivíduos envolvidos em

relações monogâmicas, considerando a percepção da qualidade relacional e o papel das novas tecnologias.

Os objetivos específicos definidos para esta investigação são os seguintes:

1. Caracterizar os níveis de tolerância à infidelidade global, sexual e emocional numa amostra de indivíduos portugueses em relações amorosas;
2. Analisar a relação entre o uso das redes sociais, a percepção da qualidade relacional e os níveis de tolerância à infidelidade global, sexual e emocional;
3. Investigar se a tolerância à infidelidade varia em função da a) idade, b) religiosidade, c) duração da relação conjugal e d) percepção da qualidade relacional;
4. Explorar a associação entre o sexo masculino e uma maior tolerância à infidelidade emocional;
5. Estudar a relação entre o sexo feminino e uma maior tolerância à infidelidade sexual;
6. Analisar como as variáveis idade, religiosidade, experiência de ter traído em alguma relação, percepção da qualidade relacional e adição às redes sociais impactam a tolerância à infidelidade global e sexual;
7. Explorar a influência das variáveis idade, sexo biológico, religiosidade, experiência de ter traído em alguma relação, percepção da qualidade relacional e adição às redes sociais na tolerância à infidelidade emocional.

Com base na literatura e nos objetivos propostos, foram formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

- H1: Os homens demonstram maior tolerância à infidelidade emocional do que as mulheres.
- H2: As mulheres demonstram maior tolerância à infidelidade sexual do que os homens.
- H3: Um maior uso das redes sociais está associado a níveis mais elevados de tolerância à infidelidade.
- H4: Indivíduos com menor percepção da qualidade relacional apresentam maior tolerância à infidelidade.
- H5: A tolerância à infidelidade varia em função da idade, religiosidade e duração da relação amorosa.

- H6: As variáveis idade, religiosidade, experiência de ter traído em alguma relação, percepção da qualidade relacional e adição às redes sociais influenciam a tolerância à infidelidade global e sexual.
- H7: As variáveis idade, sexo biológico, religiosidade, experiência de ter traído em alguma relação, percepção da qualidade relacional e adição às redes sociais influenciam a tolerância à infidelidade emocional.

Métodos

Participantes

A caracterização dos dados sociodemográficos e conjugais encontra-se sintetizada na Tabela 1. A amostra final do estudo foi composta por 310 participantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 77 anos ($M = 35.18$; $DP = 14.988$). A maioria era do sexo feminino ($n = 232$; 74.8%). No que se refere à orientação sexual, grande parte dos participantes identificou-se como heterossexual ($n = 274$; 88.4%) e, em menor proporção, como bissexuais ($n = 24$; 7.7%). Relativamente à nacionalidade, verificou-se uma predominância de sujeitos portugueses ($n = 303$; 97.7%). Quanto ao estado civil, a maior parte encontrava-se solteira ($n = 167$; 53.9%), seguindo-se os casados ($n = 115$; 37.1%). No que respeita à zona de residência, observou-se que 193 participantes (62.3%) residiam na zona Centro, 45 (14.5%) na zona Sul e 42 (13.5%) na zona Norte do país.

Relativamente às habilitações literárias, os resultados apresentados na Tabela 1 mostram que a maioria tinha o grau de licenciatura ($n = 146$; 47.1%), seguindo-se o mestrado ($n = 86$; 27.7%) e o ensino secundário ($n = 68$; 21.9%). Em termos de situação profissional, verificou-se que grande parte dos participantes se encontrava a trabalhar a tempo inteiro ($n = 162$; 52.3%), embora também se destaque um número significativo de estudantes ($n = 87$; 28.1%). Quanto ao meio de residência, 220 sujeitos (71.0%) viviam em contexto urbano, 71 (22.9%) em contexto suburbano ou moderadamente urbano e 19 (6.1%) em meio rural. No que se refere ao agregado familiar, observou-se que a maioria integrava-se em famílias nucleares intactas ($n = 139$; 44.8%), sendo que 191 participantes (61.6%) não tinham filhos.

Tabela 1

Caracterização da Amostra- Variáveis Sociodemográficas da Amostra

Variáveis	n	%
Idade		
18 - 27 anos	152	49.0
28 - 37 anos	44	14.2
38 - 47 anos	27	8.7
48 - 57 anos	49	15.8
58 - 67 anos	36	11.6
68 - 77 anos	2	.6
Sexo Biológico		
Feminino	232	74.8
Masculino	78	25.2
Orientação Sexual		
Heterossexual	274	88.4
Homossexual	3	1.0
Bissexual	24	7.7
Pansexual	9	2.9
Nacionalidade		
Portuguesa	303	97.7
Outra	7	2.3
Estado Civil		
Solteiro/a	167	53.9
Casado/a	115	37.1
Separado (a)	2	.6
Divorciado (a)	14	4.5
Viúvo (a)	2	.6
Outra opção	10	3.2
Zona de Residência		
Norte	42	13.5
Centro	193	62.3
Sul	45	14.5
Arquipélago dos Açores	19	6.1
Arquipélago da Madeira	8	2.6
Outra opção	3	1.0
Habilitações Literárias		
Ensino Básico	6	1.9
Ensino Secundário	68	21.9
Licenciatura	146	47.1
Mestrado	86	27.7
Doutoramento	3	1.0
Pós-graduação	1	.3
Situação Profissional		
Desempregado/a	11	3.5

Empregado/a a Tempo Inteiro	162	52.3
Empregado/a a Tempo Parcial	14	4.5
Estudante	87	28.1
Trabalhador/a-Estudante	19	6.1
Reformado	8	2.6
Trabalhador por Conta Própria	8	2.6
Estudante	1	.3
Caracterização do Meio Atual de Residência		
Urbano	220	71.0
Suburbano ou moderadamente urbano	71	22.9
Rural	19	6.1
Agregado Familiar		
Família sem filhos	52	16.8
Ensino binuclear com residência alternada	2	.6
Família nuclear intacta	139	44.8
Família monoparental	34	11.0
Família reconstituída	17	5.5
Família alargada	50	16.1
Família unitária	12	3.9
Família reconstituída e alargada	1	.3
Família de ninho vazio	3	1.0
Filhos		
Não	191	61.6
Sim, da minha relação atual	91	29.4
Sim, de um relacionamento anterior	24	7.7
Sim, da minha relação atual e de relacionamentos anteriores	4	1.3
Nota: M = Média; DP = Desvio Padrão; n = n° de sujeitos; % = percentagem		

No que diz respeito às práticas de utilização das redes sociais, cujos dados se encontram apresentados na Tabela 2, verificou-se que o *smartphone* era o dispositivo preferencial de acesso (n = 293; 94.5%), seguido do computador portátil (n = 131; 42.3%). A frequência de acesso foi maioritariamente entre 10 e 20 vezes por dia (n = 118; 38.1%) ou menos de 10 vezes por dia (n = 112; 36.1%). O tempo médio diário gasto nas redes sociais foi de até 4 horas em 222 casos (71.6%). As plataformas mais utilizadas foram o *WhatsApp* (n = 304; 98.1%), o *Instagram* (n = 257; 82.9%) e o *Facebook* (n = 162; 52.3%). Quanto ao contacto digital com o/a parceiro/a, verificou-se que 254 participantes (81.9%) comunicavam várias vezes por dia, sendo que 172 (55.5%) afirmaram utilizar redes sociais diariamente para esse fim.

Tabela 2

Caracterização da Amostra- Variáveis Sociodemográficas da Amostra

Variáveis	n	%
Dispositivos Preferenciais de Acesso às Redes Sociais		
Computador portátil	131	42.3
Computador fixo/Desktop	17	5.5
Smartphone	293	94.5
Tablet/Ipad	46	14.8
Smart TV	17	5.5
Acesso Médio Diário às Redes Sociais		
<10 vezes	112	36.1
10-20 vezes	118	38.1
20-30 vezes	49	15.8
30-40 vezes	23	7.4
>40 vezes	8	2.6
Frequência de Uso de Dispositivos Digitais para Comunicar com o/a Parceiro/a		
Várias vezes por dia	254	81.9
Uma vez por dia	25	8.1
Algumas vezes por dia	22	7.1
Raramente	9	2.9
Tempo Médio Diário em Redes Sociais		
0-4 horas	222	71.6
4-8 horas	82	26.5
8-12 horas	6	1.9
Frequência de Uso de Redes Sociais para Comunicar com o/a Parceiro/a		
Várias vezes por dia	172	55.5
Uma vez por dia	30	9.7
Algumas vezes por dia	42	13.5
Raramente	46	14.8
Nunca	20	6.5
Tipo de Redes Sociais Utilizadas		
Facebook	162	52.3
X	55	17.7
Instagram	257	82.9
WhatsApp	304	98.1
Tiktok	106	34.2
Youtube	160	51.6
Snaptchat	12	3.9
Pinterest	80	25.8
Linkedln	83	26.8
Tumblr	0	0
Telegram	13	4.2
Reddit	17	5.5
Discord	28	9.0
Outra rede	1	.3

Nota: M = Média; DP = Desvio Padrão; n = nº de sujeitos; % = percentagem

No que respeita à religião, a Tabela 3 mostra que 212 participantes (68.4%) declararam identificar-se com alguma religião, enquanto 98 (31.6%) afirmaram não ter crença religiosa. Relativamente à situação relacional atual, verificou-se que 130 participantes (41.9%) encontravam-se numa relação de namoro, 103 (33.2%) eram casados e 55 (17.7%) estavam numa relação de namoro com coabitação. A maioria mantinha a relação há menos de 6 anos (n = 126; 40.6%). Predominaram as relações heteroafetivas (n = 302; 97.4%) e monogâmicas (n = 308; 99.4%).

A satisfação relacional, de acordo com os dados apresentados na Tabela 3, foi avaliada pelos participantes como sendo maioritariamente elevada: 206 participantes (66.5%) classificaram a sua relação como “muito satisfatória” e 87 (28.1%) como “satisfatória”. No que respeita à vivência de infidelidade, 193 participantes (62.3%) referiram nunca ter sido traídos, enquanto 117 (37.7%) afirmaram já o ter sido. Por outro lado, 258 participantes (83.2%) responderam nunca ter traído um/a parceiro/a, contrastando com 52 (16.8%) que afirmaram ter cometido alguma traição.

Tabela 3

Caracterização da Amostra- Variáveis Sociodemográficas da Amostra

Variáveis	n	%
Identificação com Alguma Religião		
Sim	212	68.4
Não	98	31,6
Situação Relacional Atual		
Relação de namoro	130	41.9
Relação de namoro com coabitação	55	17.7
Em união de facto	17	5.5
Casado/a	103	33.2
Recasado(a)/Nova união de facto	4	1.3
Outra opção	1	.3
Duração da Relação Atual		
<1	42	13.5
1-5	126	40.6
6-10	43	13.9
11-15	18	5.8
16-20	17	5.5
21-25	8	2.6

26-30	24	7.7
31-35	16	5.2
36-40	9	2.9
41-45	6	1.9
46-50	1	.3
Tipo de Relação Atual		
Heteroafetiva	302	97.4
Homoafetiva	8	2.6
Configuração da Relação Atual		
Monogâmica	308	99.4
Assexual	2	.6
Classificação da Relação Atual		
Muito satisfatória	206	66.5
Satisfatória	87	28.1
Neutra	8	2.6
Insatisfatória	7	2.3
Muito satisfatória	2	.6
Traído em alguma relação		
Não	193	62.3
Sim	117	37.7
Trair em alguma relação		
Não	258	83.2
Sim	52	16.8

Nota: M = Média; DP = Desvio Padrão; n = n° de sujeitos; % = percentagem

Procedimentos

A recolha de dados do presente estudo decorreu *online*, através da plataforma *Google Forms*, entre os meses de fevereiro e março de 2025. O protocolo de investigação foi divulgado através de plataformas digitais, nomeadamente redes sociais (e.g., *Instagram*) e aplicações de mensagens instantâneas (e.g., *WhatsApp*), permitindo o acesso direto ao questionário através de um *link*.

Os critérios de inclusão do estudo contemplaram participantes com idade igual ou superior a 18 anos, residentes em Portugal ou de nacionalidade portuguesa, com domínio da língua portuguesa, utilizadores de redes sociais e que se encontravam, no momento da participação, envolvidos numa relação amorosa.

Antes do início do questionário, foi apresentado um consentimento informado que incluía uma breve descrição dos objetivos do estudo, informação relativa ao caráter voluntário da participação e à confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos. Foi

igualmente indicado o tempo médio estimado para o preenchimento (entre 10 a 15 minutos), assim como os contactos da equipa de investigação, para eventuais esclarecimentos.

Importa referir que, previamente à recolha de dados, foram solicitadas e obtidas as autorizações necessárias para a utilização dos instrumentos integrados neste estudo. A investigação seguiu os princípios éticos e deontológicos aplicáveis à investigação com seres humanos. Neste âmbito, a participação foi voluntária, sem riscos para os/as participantes, e os dados recolhidos foram tratados de forma confidencial, sendo utilizados exclusivamente para fins de investigação científica.

Instrumentos

O protocolo de investigação incluiu um questionário de dados sociodemográficos e três instrumentos de autoavaliação: o Inventário das Componentes da Qualidade Relacional Percebida (PRQC; Fletcher, Simpson & Thomas, 1998; versão portuguesa de Crespo, Narciso & Costa, 2004), o *Internet Addiction Test* adaptado para redes sociais (IAT; Young, 1998; tradução e validação em Portugal por Pontes, Patrão & Griffiths, 2014; adaptação para redes sociais por Lopes, 2019) e a Escala de Tolerância à Infidelidade (ETI; Lavelle, 2013; versão portuguesa de Domingues, Marques & Simões, 2017).

Questionário Sociodemográfico e de Informações Complementares

O questionário teve como objetivo recolher informações sociodemográficas dos participantes (e.g., idade, nível académico, religiosidade), bem como dados sobre as suas relações amorosas atuais e o contexto familiar. Foram ainda incluídas questões relativas ao uso de dispositivos digitais e redes sociais. Por fim, o questionário abordou a temática da infidelidade, integrando questões que visam identificar experiências anteriores ou atuais de traição, com especial enfoque na infidelidade *online* (e.g., redes sociais), com o intuito de aprofundar a compreensão deste fenómeno nas dinâmicas relacionais dos participantes.

Inventário das Componentes da Qualidade Relacional Percebida

O *Inventário das Componentes da Qualidade Relacional Percebida* (*Perceived Relationship Quality Components – PRQC*) foi originalmente concebido por Fletcher,

Simpson e Thomas (1998) com o objetivo de avaliar a qualidade relacional percebida em relações românticas.

A versão original do PRQC é composta por 18 itens, organizados em seis domínios considerados essenciais na avaliação da qualidade relacional: Satisfação, Compromisso/Investimento, Intimidade, Confiança, Paixão e Amor. Cada uma destas dimensões é representada por três itens, avaliados através de uma escala de resposta do tipo *Likert* de 7 pontos, em que o valor 1 indica “mesmo nada” e o valor 7 corresponde a “extremamente”. Os participantes são convidados a refletir sobre a sua relação amorosa atual e a indicar o grau em que cada questão se aplica. Por exemplo, algumas das perguntas incluídas são: “*Até que ponto está satisfeito com a sua relação?*” e “*Até que ponto pode apoiar-se no/a seu/sua companheiro/a?*”.

A estrutura teórica proposta pelos autores defende que, embora as seis componentes possam ser analisadas separadamente, todas contribuem para um fator geral de segunda ordem – a qualidade relacional percebida – o que permite uma compreensão integrada da experiência relacional. A cotação pode ser realizada por subescalas (média dos três itens de cada dimensão) ou através de uma pontuação global (média dos 18 itens). Adicionalmente, os autores propuseram uma versão reduzida do instrumento, composta por apenas seis itens – um por dimensão – cuja função é avaliar exclusivamente a perceção global da qualidade relacional. Esta versão breve mantém a mesma escala de resposta e estrutura conceptual.

O instrumento foi traduzido e adaptado para a população portuguesa por Crespo, Narciso e Costa (2004), tendo demonstrado boas qualidades psicométricas. No estudo original, o PRQC apresentou uma consistência interna elevada, com um valor de alfa de *Cronbach* de .88 (Fletcher et al., 1998), enquanto a versão portuguesa manteve níveis de fiabilidade igualmente satisfatórios, confirmando a robustez da medida no contexto nacional.

Internet Addiction Test adaptado às redes sociais

O *Internet Addiction Test* (IAT), desenvolvido por Young (1998), é um instrumento de autopreenchimento criado para avaliar o grau de envolvimento dos indivíduos com a *Internet*, com o intuito de identificar usos excessivos ou problemáticos que possam ter impactos negativos em várias áreas da vida, nomeadamente na esfera relacional. A versão original é composta por 20 itens, respondidos numa escala *Likert* de

seis pontos.

Este questionário foi o primeiro a ser validado psicometricamente para a avaliação da dependência da *Internet* e, desde então, diversos estudos têm vindo a comprovar a sua validade e fiabilidade. Por exemplo, Widyanto e McMurrin (2004) reportaram uma consistência interna sólida, com um coeficiente alfa de *Cronbach* de .85.

No contexto das redes sociais, o IAT foi adaptado para refletir os padrões de utilização destas plataformas. Por exemplo, alguns dos itens adaptados são: “*Fica nas redes sociais mais tempo do que pretendia?*” e “*Verifica as suas redes sociais antes de fazer qualquer outra coisa que precisa?*”.

Em Portugal, a tradução e validação do IAT foram realizadas por Pontes, Patrão e Griffiths (2014), tendo sido observada uma elevada consistência interna, com um alfa de *Cronbach* de .90. Posteriormente, Lopes (2019) desenvolveu uma adaptação específica do IAT para o uso nas redes sociais, mantendo os 20 itens, mas modificando a escala de resposta para cinco pontos, que vão desde 1 (“Nunca”) até 5 (“Sempre”), avaliando a frequência com que os participantes apresentam determinados comportamentos relacionados ao uso das redes sociais. Tal como no instrumento original, esta versão adaptada apresenta uma estrutura unifatorial, sendo a pontuação total calculada pela soma dos valores atribuídos a cada item, permitindo aferir um indicador global da dependência ou uso excessivo das redes sociais.

Assim, valores mais elevados indicam um uso mais frequente e potencialmente disfuncional das redes sociais, sendo interpretados como sinais de envolvimento excessivo ou dependência, com possível impacto negativo no funcionamento pessoal, social e/ou académico.

Escala de Tolerância à Infidelidade

A Escala de Tolerância à Infidelidade (ETI) foi desenvolvida por Lavelle (2013) com o intuito de avaliar até que ponto um indivíduo estaria disposto a manter ou terminar uma relação amorosa após ser confrontado com uma situação de infidelidade por parte do(a) parceiro(a). O instrumento é constituído por 12 itens que apresentam diferentes tipos de traição, sendo os participantes convidados a indicar, para cada situação, a probabilidade de continuarem na relação.

Na versão portuguesa, traduzida e adaptada por Domingues, Marques e Simões (2017), algumas das situações apresentadas são: “*Estivesse numa relação de longa*

duração e o(a) meu/minha parceiro(a) estivesse a ter um caso, mas promettesse terminá-lo imediatamente e melhorar a nossa relação.” e “O(a) meu/minha marido/esposa estivesse apaixonado(a) por outra pessoa casada, mas sem nunca se terem envolvido sexualmente.”.

A resposta a cada item é dada numa escala do tipo *Likert* de 7 pontos, onde o valor 1 significa “Extremamente provável deixar a relação”, o ponto 4 representa uma posição neutra, e o valor 7 corresponde a “Extremamente provável permanecer na relação”. A pontuação total varia entre 12 e 84, sendo que valores mais elevados refletem uma maior tolerância à infidelidade.

A escala contempla duas dimensões distintas: uma relacionada com a infidelidade sexual e outra com a infidelidade emocional, permitindo assim uma avaliação diferenciada consoante a natureza da traição. No estudo original, o instrumento revelou uma boa consistência interna, com um alfa de *Cronbach* geral de .87, e valores de .78 e .73 para as dimensões sexual e emocional, respetivamente.

A versão portuguesa da ETI foi traduzida e adaptada por Domingues, Marques e Simões (2017), tendo mantido a estrutura bifatorial da escala. Esta adaptação apresentou excelentes indicadores psicométricos, com um alfa de *Cronbach* de .896 para a subescala de infidelidade sexual e de .978 para a subescala de infidelidade emocional, validando a sua utilização no contexto nacional.

Análise Estatística

Os dados foram recolhidos através do *Google Forms*, exportados para o *Microsoft Excel* e posteriormente tratados no software *IBM SPSS Statistics* (versão 29.0, *Windows*). Procedeu-se à análise descritiva dos dados sociodemográficos da amostra, com base no cálculo das frequências absolutas e relativas. Em seguida, calcularam-se a média, a moda e o desvio padrão. A normalidade foi avaliada considerando-se os critérios de Kim (2013) para amostras superiores a 300 participantes, que apontam valores absolutos de curtose superiores a 7 e de assimetria superiores a 2 como indicativos de não normalidade substancial. Os valores de assimetria (-1.88 a 1.67) e de curtose (.72 a 3.68) das escalas de tolerância à infidelidade, adição à internet adaptado para redes sociais e qualidade relacional percebida encontram-se dentro dos limites aceitáveis, indicando uma distribuição normal. Assim, determinou-se ser apropriada a utilização da estatística paramétrica.

Para dar resposta ao objetivo geral e específicos realizaram-se associações entre as principais variáveis (tolerância à infidelidade, adição às redes sociais e a perceção da qualidade relacional) e as variáveis sociodemográficas, através de correlações utilizando os coeficientes de Pearson. A interpretação seguiu os critérios de Cohen (1988), que definem valores de r entre .10 e .29 como correlações baixas, valores entre .30 e .49 como moderadas e valores superiores a .50 como fortes.

Aplicaram-se testes t para amostras independentes, que incidiram sobre as variáveis sociodemográficas e complementares que o presente estudo se propôs analisar (i.e., sexo, religiosidade e duração da relação conjugal), de modo a apreender diferenças entre grupos. De seguida, aplicaram-se regressões lineares múltiplas para predizer a força das variáveis sociodemográficas e complementares (i.e., idade, sexo, religiosidade, duração da relação conjugal, perceção da qualidade relacional e adição às redes sociais) na tolerância à infidelidade global, sexual e emocional.

Resultados

Foram realizadas correlações de Pearson para avaliar a relação entre a tolerância à infidelidade, a adição às redes sociais e a perceção da qualidade relacional. Conforme apresentado na Tabela 4, os resultados não revelaram correlações estatisticamente significativas.

Tabela 4

Matriz de correlação de Pearson entre a Tolerância à Infidelidade Global, Adição às Redes Sociais e Perceção da Qualidade Relacional

	1.	2.	3.
1. Tolerância à infidelidade	-	-	-
2. Adição às redes sociais	.063	-	-
3. Perceção da qualidade relacional	-.074	.049	-

Nota. 1. = Escala de Tolerância à Infidelidade; 2. = *Internet Addiction Test* adaptado às Redes Sociais; 3. = Inventário dos Componentes da Qualidade Relacional Percebida.

Em seguida, realizaram-se correlações de Pearson para melhor compreender a relação entre a tolerância à infidelidade, enquanto construto global e nas respetivas

subescalas, e as variáveis sociodemográficas e complementares (Tabela 5). Os resultados demonstram que a correlação entre a tolerância global e o sexo biológico, $r = .101$; $p = .076$, não se encontra estatisticamente significativa ao nível de $.05$. Contudo, observou-se uma correlação significativa, ainda que fraca, entre o sexo biológico e a subescala emocional ($r = .125$; $p = .028$), sugerindo a existência de uma relação ligeira entre o sexo biológico e a tolerância à infidelidade emocional. Relativamente à idade, observaram-se correlações positivas e significativas com a tolerância global, $r = .158$; $p = .005$, bem como com as subescalas sexual ($r = .150$; $p = .008$) e emocional ($r = .162$; $p = .004$). Apesar da magnitude fraca, os resultados apontam para uma associação positiva entre a idade e a tolerância à infidelidade, sugerindo que com o aumento da idade se verifica uma tendência, ainda que ténue, para maior aceitação global e nas suas dimensões.

Quanto à religiosidade, identificou-se uma correlação positiva fraca e estatisticamente significativa, ($r = .175$; $p = .002$), com a tolerância global, enquanto para as subescalas sexual ($r = -.122$; $p = .032$) e emocional ($r = -.149$; $p = .008$), se verificaram correlações negativas fracas. Estes resultados indicam padrões distintos, de modo que níveis mais elevados de religiosidade estão associados a maior tolerância global, mas a menor aceitação da infidelidade quando considerada especificamente nas vertentes sexual e emocional.

No que respeita à duração da relação amorosa, a correlação com a tolerância global ($r = .096$; $p = .092$) não se revelou como estatisticamente significativa. Do mesmo modo, tanto a medida global como as subescalas de tolerância à infidelidade não evidenciaram associações estatisticamente significativas. A perceção da qualidade relacional e a adição às redes sociais não indicaram relações relevantes com a tolerância à infidelidade, tanto na dimensão global, como sexual e emocional.

Tabela 5

Matriz de correlação de Pearson entre a Tolerância à Infidelidade e as variáveis sociodemográficas e complementares

	Tolerância à infidelidade global	Sexual	Emocional
Idade	.158*	.150*	.162*
Sexo biológico	.101	.069	.125*
Religião	.175**	-.122*	-.149**

Duração da relação amorosa	.096	.090	.095
Traído em alguma relação	-.035	-.004	-.056
Trair em alguma relação	.150**	.149**	.142*
Perceção da qualidade relacional	-.074	-.065	-.078
Adição às redes sociais	.063	.016	.102

Nota. ** $p \leq .001$; * $p \leq .05$

Posteriormente, aplicou-se o teste *t* de *Student* para amostras independentes para analisar a variável sexo biológico em relação às dimensões sexual e emocional da tolerância à infidelidade. Na subescala sexual, não se verificaram diferenças significativas, ($t(,308) = -1.206$; $p = 0.229$), enquanto na dimensão emocional ($t(,308) = -2.203$; $p = 0.028$) foi observada uma diferença estatisticamente significativa, indicando que as 232 participantes do sexo feminino apresentam menor tolerância à infidelidade emocional ($M = 12.84$; $DP = 8.082$) em comparação com os participantes do sexo masculino ($M = 15.23$; $DP = 8.887$).

No que toca à restante exploração estatística, com testes *t* de *Student* (e.g., trair em alguma relação) não se obtiveram resultados estatisticamente significativos ao nível de .05. Deste modo, não são apresentados por não se revelarem pertinentes para os objetivos do estudo.

Por fim, e face aos resultados encontrados, realizaram-se as regressões lineares múltiplas, conforme apresentadas nas Tabelas 6, 7 e 8. A primeira regressão teve como variável dependente a tolerância à infidelidade global e como variáveis independentes a idade, religiosidade, experiência de ter traído em alguma relação, perceção da qualidade relacional e a adição às redes sociais. O modelo final (Tabela 6) revelou-se significativo e explicou 4.3% da variância da tolerância à infidelidade global, $F(5, 304) = 3.775$, $p = .002$. Entre os preditores testados, apenas a experiência de ter traído em alguma relação ($\beta = .119$, $p = .042$) e a adição às redes sociais ($\beta = .126$, $p = .042$) evidenciaram significância estatística. Por outro lado, a idade ($\beta = .124$, $p = .069$), a religiosidade ($\beta = -.110$, $p = .068$), e a perceção da qualidade relacional ($\beta = -.013$, $p = .832$) não se revelaram preditores significativos. Assim, tanto a experiência prévia de ter traído em alguma relação e a maior adição às redes sociais associam-se a maiores níveis de tolerância à infidelidade global.

Tabela 6

Modelo de regressão linear múltipla das variáveis predictoras e a Tolerância à Infidelidade Global

Variável	R^2	$R^2_{ajustado}$	B	$Erro$	β
	.058	.043			
Idade			.128	.070	.124
Religiosidade			-3.671	2.005	-.110
Trair em alguma relação			4.916	2.411	.119
Percepção da qualidade relacional			-.011	.050	-.013
Adição às redes sociais			.186	.091	.126

No modelo em que a subescala sexual da tolerância à infidelidade foi definida como variável dependente (Tabela 7), e em que as variáveis independentes foram as mesmas predictoras utilizadas no modelo anterior (idade, religiosidade, experiência de ter traído em alguma relação, percepção da qualidade relacional e a adição às redes sociais), o modelo revelou significância estatística e explicou 2.9% da variância da tolerância à infidelidade sexual, $F_{(5, 304)} = 2.847$, $p = .016$. Somente o preditor “experiência de ter traído em alguma relação”, $\beta = .127$, $p = .032$, indicou significância estatística. Os restantes preditores – idade, $\beta = .108$, $p = .114$, religiosidade, $\beta = -.087$, $p = .152$, adição às redes sociais, $\beta = .068$, $p = .277$, e a percepção da qualidade relacional, $\beta = -.003$, $p = .962$ – não se mostraram significativos. Desta forma, a experiência prévia de ter traído em alguma relação relaciona-se com níveis mais elevados de tolerância à infidelidade sexual.

Tabela 7

Modelo de regressão linear múltipla das variáveis predictoras e a subescala sexual da Tolerância à Infidelidade

Variável	R^2	$R^2_{ajustado}$	B	$Erro$	β
	.045	.029			
Idade			.055	.035	.108
Religiosidade			-1.435	.998	-.087
Trair em alguma relação			2.593	1.201	.127
Percepção da qualidade relacional			-.001	.025	-.003
Adição às redes sociais			.049	.045	.068

Finalmente, relativamente ao modelo em que a subescala emocional da tolerância à infidelidade foi considerada como variável dependente, e as variáveis independentes foram a idade, o sexo biológico, a religiosidade, a experiência de ter traído em alguma relação, a perceção da qualidade relacional e a adição às redes sociais, verificou-se significância estatística, explicando 6.5% da variância da tolerância à infidelidade emocional, $F_{(6, 303)} = 4.553$, $p < .001$. Entre os preditores testados, apresentaram significância estatística o sexo biológico ($\beta = .118$, $p = .033$), a religiosidade ($\beta = -.118$, $p = .048$) e a adição às redes sociais ($\beta = .166$, $p = .007$). Em contrapartida, a idade ($\beta = .131$, $p = .051$), a experiência de ter traído em alguma relação ($\beta = .106$, $p = .066$) e a perceção da qualidade relacional ($\beta = -.024$, $p = .686$) não se revelaram significativos. Deste modo, o sexo biológico, a menor religiosidade e a maior adição às redes sociais associam-se a maiores níveis de tolerância à infidelidade emocional.

Tabela 8

Modelo de regressão linear múltipla das variáveis predictoras e a subescala emocional da Tolerância à Infidelidade

Variável	R2	R2ajustado	B	Erro	β
	.083	.065			
Idade			.073	.037	.131
Sexo biológico			2.269	1.059	.118
Religiosidade			-2.119	1.070	-.118
Trair em alguma relação			2.372	1.285	.106
Perceção da qualidade relacional			-.011	.027	-.024
Adição às redes sociais			.132	.049	.166

Discussão

O presente estudo teve como objetivo compreender de que forma diferentes fatores individuais e relacionais se relacionam com a tolerância à infidelidade global, tanto na vertente sexual como na emocional, em casais monogâmicos, com especial atenção à perceção da qualidade relacional e o papel das novas tecnologias. Embora apenas alguns dos resultados se tenham revelado estatisticamente significativos, as tendências observadas oferecem pistas relevantes para a compreensão do fenómeno e contribuem para o diálogo com a literatura existente.

Contrariamente ao esperado, as análises iniciais não evidenciaram relações significativas entre a tolerância à infidelidade, a adição às redes sociais e a percepção da qualidade relacional de forma global. Tal como referido por Moller e Vossler (2019), permanece desafiante identificar a influência da internet e das suas componentes – como as redes sociais – na tolerância à infidelidade, sobretudo porque os casais frequentemente divergem quanto à definição dos comportamentos online que podem ser considerados infiéis. Acresce que, até ao momento, a literatura não parece apresentar evidências consistentes de uma associação direta entre uma percepção de baixa qualidade relacional e a tolerância à infidelidade, embora existam estudos que apontem para a relação entre insatisfação relacional e maior envolvimento em comportamentos infiéis (Barta & Kiene, 2005). Por outro lado, a investigação de Shackelford et al. (2002) relatou que, relativamente à exposição dos participantes a diferentes cenários de infidelidade, tanto homens como mulheres relataram elevados níveis de incómodo perante situações de infidelidade sexual e emocional, sugerindo que a percepção da qualidade relacional não afeta diretamente a tolerância, mas sim o impacto subjetivo que tais experiências têm sobre o indivíduo. Recorda-se ainda a perspetiva de Norona et al. (2018), que distingue a tecnologia nas sensações de excitação, novidade e atenção, ou no desejo de as experienciar, apresentando-a como um “*convite*” para a infidelidade, sem evidenciar interferência direta com a percepção da qualidade relacional na tolerância à infidelidade.

No que se refere à hipótese 1, segundo a qual o sexo masculino demonstraria maior tolerância face à infidelidade emocional em comparação com o sexo feminino, alguns estudos indicam não haver evidências que sustentem tal diferença (Domingues et al., 2017). Contudo, outras investigações divergem desta argumentação, defendendo a existência de diferenças significativas de género relativamente à percepção de comportamentos de infidelidade do parceiro, tanto na dimensão sexual como na emocional (Policarpo, 2011; Hall & Fincham, 2009; Maddock, 2022). Os nossos resultados corroboram parcialmente a noção de ausência de diferenças de género, uma vez que na dimensão sexual não se observaram diferenças significativas entre homens e mulheres. Por outro lado, na dimensão emocional, o sexo feminino apresentou menor tolerância. Estas evidências contestam a hipótese 2, que previa maior tolerância das mulheres no contexto da infidelidade sexual, dado que não foram observadas diferenças de sexo nesta dimensão. Em contrapartida, os nossos resultados vão ao encontro de Lavelle (2013), que indica uma menor tolerância à infidelidade emocional por parte das mulheres.

Torna-se ainda relevante destacar estudos que analisaram o impacto do sexo e das experiências prévias de infidelidade nas percepções sobre comportamentos infiéis (Moreno & Kahumoku-Fessler, 2018). Isto inclui a experiência prévia de infidelidade, tanto na posição de autor(a) que a praticou, como na posição de vítima que a sofreu. Na nossa exploração estatística, as variáveis que representam se os participantes já haviam vivenciado uma traição – seja como traídos ou como traidores – revelaram uma relação significativa com a tolerância à infidelidade, estando deste modo em consonância com os resultados destes estudos. De forma semelhante, Lavelle (2013) sugere que a tolerância à infidelidade pode estar associada à experiência prévia do sujeito ter vivenciado uma traição.

Em relação à terceira hipótese do estudo, que propunha que um maior uso das redes sociais estaria associado a níveis mais elevados de tolerância à infidelidade, os nossos resultados indicam não haver tal relação. Este resultado corrobora a literatura existente, que sugere que, independentemente do formato da infidelidade, o uso das redes sociais não interfere na reação do indivíduo face à situação, seja de perdoar ou terminar a relação (Almeida, 2007; Shaw, 1997; Fincham & May, 2017).

Relativamente aos fatores que contribuem para explicar a tolerância à infidelidade, alguns autores defendem a importância da percepção da qualidade relacional, particularmente quando esta é baixa, no contexto da infidelidade (Viegas & Moreira, 2015). Tal aspeto aponta para a quarta hipótese da investigação, segundo a qual indivíduos que percebem uma baixa qualidade relacional refletiriam uma menor tolerância à infidelidade. Contudo, os nossos valores refutam esta hipótese, uma vez que não se observou qualquer relação significativa. Assim, embora a literatura indique que esta variável se relaciona com comportamentos de infidelidade e as respetivas motivações, tal não implica necessariamente uma associação com a tolerância a esses comportamentos (Saraiva, 2024).

A respeito do penúltimo pressuposto da nossa investigação – a possibilidade de a tolerância à infidelidade variar em função da idade, religiosidade e duração da relação amorosa – destaca-se, em primeiro lugar, a variável idade. Enquanto o estudo de Freire (2012) sugere não existir relação entre idade e tolerância à infidelidade, os nossos resultados apontam o contrário, evidenciando uma associação significativa, também observada nas subescalas sexual e emocional. Estes dados indicam uma tendência subtil para maior tolerância à infidelidade com o aumento da idade, ainda que não tenham sido encontrados outros estudos que corroborem diretamente esta evidência. Em segundo

lugar, no que respeita à religiosidade, os resultados refletem um efeito diferenciado: verificou-se uma maior tolerância generalizada à infidelidade, mas, especificamente nas componentes sexual e emocional, observou-se uma menor tolerância. A literatura reconhece a religião como um fator central na forma como os indivíduos vivenciam a infidelidade (Maddock, 2022), embora outros fatores possam contribuir para essa influência. Pessoas com significativos níveis de religiosidade, sobretudo quando inseridas em contextos que reforçam tais valores, tendem a penalizar comportamentos infiéis por desafiarem o princípio mais sagrado na relação – a fidelidade (Viegas & Moreira, 2015; Santos, 2018) – podendo tal resultar no fim da relação (Vermeulen et al., 2023). Em contrapartida, casais integrados em comunidades religiosas mais conservadoras podem sentir-se condicionados a permanecer na relação, mesmo perante episódios de infidelidade (Vermeulen et al., 2023).

Em relação à variável duração relação amorosa, Hazan & Diamond (2000) defendem que a população mais jovem, e em relações de menor duração, tende a manifestar maior intolerância face à infidelidade, justificando essa hipótese com o papel central do tempo na construção da relação. No entanto, os nossos resultados contrariam esta previsão teórica, por não refletirem diferenças significativas na tolerância. À luz destes indícios estatísticos, importa destacar a visão de autores que sublinham que a conjugalidade se organiza em torno dos princípios que cada casal define como infidelidade, com base no contrato explícito ou implícito (Zerbini, 2014). Considerando a prevalência de sujeitos jovens na nossa amostra, colocamos a hipótese de haver uma considerável divergência de expectativas face ao contrato conjugal numa sociedade contemporânea marcada pelo individualismo. Lipovetsky (2004), caracteriza precisamente a centralidade da individualidade como dimensão dominante da modernidade, o que conduz as relações a assumirem uma qualidade secundária e frequentemente temporária. Em linha com esta reflexão, Bauman (2024) acrescenta que investir numa relação amorosa representa um risco significativo na realidade atual. Por outro lado, Freitas e Borges (2014) sugerem que, mais do que a duração em termos temporais, seria ideal avaliar a fase em que a relação se encontra, dado que os casais vivem o tempo relacional de forma singular, o que afeta inevitavelmente a perceção da satisfação (Gable & Poore, 2008). Esta posição converge com a perspetiva de Zerbini, 2014, reforçando a ideia de que o contrato estabelecido pelo casal molda as expectativas vividas na relação e, conseqüentemente, a tolerância à infidelidade.

Na sexta hipótese, que procurou explorar as variáveis idade, religiosidade, experiência de ter traído em alguma relação, percepção da qualidade relacional e adição às redes sociais para melhor explicar a tolerância à infidelidade, verificou-se que estas explicam 4,3% da variância na tolerância à infidelidade global e 2,9% na tolerância à infidelidade sexual, valores que traduzem uma influência reduzida. Relativamente à sétima hipótese, constatou-se que as variáveis idade, sexo biológico, religiosidade, experiência de ter traído em alguma relação, percepção da qualidade relacional e adição às redes sociais explicam 6,5% da variância na infidelidade emocional. Tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem estudos que integrem simultaneamente estas variáveis na previsão da tolerância à infidelidade, sobretudo nas suas diferentes dimensões. O presente estudo revelou que a maioria das variáveis, com exceção da percepção da qualidade relacional e da adição às redes, particularmente na vertente emocional, exerce um efeito pouco significativo do ponto de vista estatístico sobre a tolerância à infidelidade e, por conseguinte, sobre a decisão de terminar ou manter a relação.

Limitações e Conclusão

Revela-se fundamental considerar as limitações que caracterizam este estudo, destacando-se, em primeiro lugar, as especificidades da amostra, na qual predomina a população mais jovem. A literatura evidencia que grande parte das investigações nesta área se concentra em amostras jovens e/ou estudantis, refletindo a carência de dados sobre grupos etários mais velhos (Berman & Maheshwari, 2005; McAnulty & Brineman, 2007). Acresce a este aspeto a maior participação feminina ($n = 232$) em comparação com a masculina ($n = 78$). Tal assimetria, frequente em estudos desta natureza, poderá dever-se ao facto de as mulheres se mostrarem mais predispostas a responder a questionários online (McAnulty & Brineman, 2007). Esta diferença tem implicações na generalização e validação externa dos resultados. Adicionalmente, a recolha de dados foi realizada exclusivamente *online*. Considerando a temática da infidelidade, que permanece sensível e, em certa medida, tabu, é possível que a transparência das respostas tenha sido condicionada, pela tendência dos participantes responderem de forma socialmente desejável, fenómeno conhecido como desejabilidade social, repercutindo-se nos resultados, ainda que o anonimato e a confidencialidade tenham sido assegurados. Por último, importa referir, tanto quanto é do nosso conhecimento, a escassez de investigações no país com o instrumento da tolerância à infidelidade. Para além deste estudo, apenas se

encontra o trabalho de Domingues et al. (2017), responsável pela adaptação e validação preliminar da escala em Portugal. Sublinha-se, por isso, a pertinência de novas investigações que utilizem e aprofundem o instrumento, de forma a aprimorar a sua aplicabilidade e reforçar a sua relevância científica.

Tendo em conta estas limitações, sugere-se que futuros estudos procurem incluir populações mais velhas e incorporem instrumentos que permitam explorar de forma diferenciada a definição de infidelidade *offline* e *online*. Seria igualmente relevante considerar dimensões como “consumo aditivo de pornografia ou comportamentos de compulsão sexual” no contexto da infidelidade virtual. Recomenda-se, ainda, que sejam investigados os efeitos de variáveis como “idade, sexo biológico, estado civil, fase da relação e diferenças culturais” na tolerância à infidelidade. Finalmente, consideramos fundamental ter-se particular atenção à questão da “religiosidade”, no que toca ao papel ativo na comunidade, a homogamia religiosa ou partilha de valores religiosos entre parceiros, de modo a proporcionar uma visão mais precisa e clara da sua influência.

Em conclusão, ainda que não tenha sido possível corroborar algumas das hipóteses formuladas, nomeadamente quanto à influência da tecnologia na tolerância à infidelidade, este estudo evidenciou resultados de particular relevância. Destacam-se, entre eles, a associação entre maiores níveis de religiosidade e a tolerância global, contrastando com a menor aceitação da infidelidade quando se tem em conta as suas dimensões sexual e emocional. Além disso, variáveis que não constituíam o foco da investigação, como “a fase da relação e o estado civil”, evidenciaram relações significativas com os instrumentos utilizados, o que reforça a pertinência da sua exploração em trabalhos futuros. Não obstante, pensamos que o presente estudo contribui para a literatura ao evidenciar associações entre variáveis sociodemográficas (idade, sexo biológico e religiosidade) e a tolerância à infidelidade emocional, ainda que o efeito seja reduzido, servindo de ponto de partida para investigações subsequentes nesta temática. Igualmente, reforça-se, no campo clínico, a relevância de explorar junto dos casais no modo como cada um define a infidelidade e como a incorpora no contrato relacional. Tal compreensão facilitará, para o terapeuta, avaliar de que modo variáveis como a “religiosidade” ou a “fase da relação” condicionam a tolerância à infidelidade e, por conseguinte, a predisposição para manter ou terminar a relação. Neste sentido, a infidelidade não se limita a ser vista como uma transgressão, mas especialmente a ser compreendida como um sintoma de dificuldades conjugais, que, ao se atuar em contexto terapêutico, possibilita a hipótese de reconstrução. Da mesma forma, ao se contemplar as narrativas, valores e expectativas do casal

decorrentes do contrato relacional, a terapia de casal pode favorecer o restabelecimento da confiança e promover um espaço de transformação e crescimento mútuo.

Referências Bibliográficas

- Afifi, W. A., Falato, W. L., & Weiner, J. L. (2001). Identity concerns following a severe relational transgression: The role of discovery method for the relational outcomes of infidelity. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18(2), 291–308. <https://doi.org/10.1177/0265407501182007>
- Aboim, S. (2006). Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual. *Análise Social*, XLI(180), 801–825.
- Aboim, S. (2011). Vidas conjugais: Do institucionalismo ao elogio da relação. In A. N. Almeida (Ed.), *História da vida privada em Portugal: Os nossos dias* (pp. 80–111). Círculo de Leitores.
- Afonso, C. (2011). *Estilo de vinculação e relações extra-diádicas: Satisfação relacional e atitudes como mediadoras* [Doctoral dissertation, Universidade de Lisboa]. Repositório UL. <http://hdl.handle.net/10451/4422>
- Almeida, T. (2007). *Ciúme romântico e infidelidade amorosa entre paulistanos: Incidências e relações* [Master's dissertation, Universidade de São Paulo]. Repositório USP. <https://doi.org/10.11606/D.47.2007.tde-06032007-173046>
- American Psychiatric Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7th ed.). American Psychiatric Association.
- Atkins, D. C., Baucom, D. H., & Jacobson, N. S. (2001). Understanding infidelity: Correlates in a national random sample. *Journal of Family Psychology*, 15(4), 735–749. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0893-3200.15.4.735>
- Barman, J. D., & Maheshwari, S. (2023). Comparing the marriage and dating decisions of Indian youths: A vignette study. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 51(4), 356–369. <https://doi.org/10.1111/fcsr.12484>
- Barker, M. (2005). This is my partner, and this is my... Partner's partner: Constructing a polymerous identity in a monogamous world. *Journal of Constructivist Psychology*, 18(1), 75–88. <https://doi.org/10.1080/10720530590523107>
- Barman, J. D., & Maheshwari, S. (2023). Comparing the marriage and dating decisions of Indian youths: A vignette study. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 51(4), 356–369. <https://doi.org/10.1111/fcsr.12484>
- Barta, W., & Kiene, S. M. (2005). Motivations for infidelity in heterosexual dating

- couples: The roles of gender, personality differences, and sociosexual orientation. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22(3), 339–360. <https://doi.org/10.1177/0265407505052440>
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Zahar.
- Becker, D. V., Sagarin, B. J., Guadagno, R. E., Millevoi, A., & Nicastle, L. D. (2004). When the sexes need not differ: Emotional responses to the sexual and emotional aspects of infidelity. *Personal Relationships*, 11(4), 529–538. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2004.00096.x>
- Borba, M. L. (2004). *A infidelidade virtual no relacionamento amoroso: correlatos afetivos e sociais* [Master's thesis, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório UFPB.
- Bozon, M. (2003). Sexualidade e conjugalidade: A redefinição das relações de género na França contemporânea. *Cadernos Pagu*, 20, 131–156. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100005>
- Blow, A. J., & Hartnett, K. (2005). Infidelity in committed relationships II: A substantive review. *Journal of Marital & Family Therapy*, 31(2), 217–233. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2005.tb01556.x>
- Brady, A., Baker, L. R., & Miller, R. S. (2019). Look but don't touch?: Self-regulation determines whether noticing attractive alternatives increases infidelity. *Journal of Family Psychology*, 34(2), 135-144.
- Bühler, J. L., Krauss, S., & Orth, U. (2021). Development of relationship satisfaction across the life span: A systematic review and meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 147(10), 1012–1053. <https://doi.org/10.1037/bul0000342>
- Burdette, A. M., Ellison, C. G., Sherkat, D. E., & Gore, K. A. (2007). Are there religious variations in marital infidelity? *Journal of Family Issues*, 28(12), 1553–1581. <https://doi.org/10.1177/0192513X07304269>
- Caillé, P. (1991). *Un et un font trois*. Le couple révèle à lui-même (Eds.). ESF.
- Call, V. R., & Heaton, T. B. (1997). Religious influence on marital stability. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 36(3), 382-392. <https://doi.org/10.2307/1387856>
- Caniço, H., Bairrada, P., Rodríguez, E., & Carvalho, A. (2010). Novos tipos de família – Plano de cuidados. In A. Barros & A. Resende (Eds.), *Imprensa da Universidade de Coimbra*. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0196-0>
- Caplan, S. E. (2002). Problematic internet use and psychosocial well-being: Development of a theory-based cognitive-behavioral measurement

- instrument. *Computers in Human Behavior*, 18(5), 553-575.
[https://doi.org/10.1016/S0747-5632\(02\)00004-3](https://doi.org/10.1016/S0747-5632(02)00004-3)
- Caruso, I. (1989). *A separação dos amantes*. Editora Cortez.
- Castells, M. (2003). A era da informação: Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.
- Castro, M. G., Poeschl, G., & Coimbra, J. L. (2006). *Significados associados à fidelidade e à infidelidade nas relações amorosas* [Conference session]. VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Évora: Universidade de Évora.
<https://doi.org/10.13140/2.1.2174.8807>
- Chi, P., Tang, Y., Worthington, E. L., Chan, C. L. W., Lam, D. O. B., & Lin, X. (2019). Intrapersonal and interpersonal facilitators of forgiveness following spousal infidelity: A stress and coping perspective. *Journal of Clinical Psychology*, 75(10), 1896-1915. <https://doi.org/10.1002/jclp.22825>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- Conley, T. D., Matsick, J. L., Moors, A. C., & Ziegler, A. (2017). Investigation of consensually nonmonogamous relationships: Theories, methods, and new directions. *Perspectives on Psychological Science*, 12(2), 205–232.
<https://doi.org/10.1177/17456916166667925>
- Conley, T. D., Moors, A. C., Ziegler, A., & Karathanasis, C. (2012). Unfaithful individuals are less likely to practice safer sex than openly nonmonogamous individuals. *Journal of Sexual Medicine*, 9(6), 1559–1565. <https://doi.org/10.1111/j.1743-6109.2012.02712.x>
- Cooper, A. (Ed.). (2002). *Sex and the Internet: A guidebook for clinicians* (1st ed.). Brunner-Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203890349>
- Coleta, A. S. M. D., Coleta, M. F. D., & Guimarães, J. L. (2008). O amor pode ser virtual? O relacionamento amoroso pela internet. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 277-285. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000200010>
- Coutinho, M. L. (2013). *A infidelidade virtual no relacionamento amoroso: Correlatos afetivos e sociais* [Doctoral dissertation, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB.
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6931>
- Chou, C. (2001). Internet heavy use and addiction among taiwanese college students: An

- online interview study. *CyberPsychology & Behavior*, 4(5), 573–585. <https://doi.org/10.1089/109493101753235160>
- Craveiro, L. (2019). *Laços de amor, laços de dor: Aspectos das relações amorosas*. (2nd ed.). Sopa de Letras Edições.
- Cravens, J., & Whiting, J. (2015). Fooling around on facebook: The perceptions of infidelity behavior on social networking sites. *Journal of Couple & Relationship Therapy*, 15(3), 213–231. <https://doi.org/10.1080/15332691.2014.1003670>
- Crespo, A. M. C. (2007). *Rituais familiares e o casal: Paisagens inter-sistémicas* [Doctoral dissertation, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/42437>
- DeFrank-Lynch, M. E. (1986). *Sex differences in jealousy: The effect of dependent measures and sex role attitudes on extramarital sexual and emotional jealousy* [Doctoral dissertation, University of California, Riverside]. ProQuest Dissertations Publishing.
- DeGenova, M. K., & Rice, F. P. (2005). *Intimate relationships, marriages, and families*. (6th ed.). Boston: McGraw Hill.
- Develin, J. E. (2024, April). *Online infidelity: The dark side of digital communication*.
- Dias, J. (2000). A terapia com o casal: Conversando para a redescoberta de um nós. In A. P. Relvas (Eds.), *Por detrás do espelho. Da teoria à terapia com a família* (pp. 130-154). Quarteto. <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1288088>
- Domingues, A. F. V., Marques, M. V. P., & Simões, S. C. C. (2017). Estudo preliminar de adaptação e validação da escala de tolerância à infidelidade. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 3(1): 27-40. <https://doi.org/10.7342/ismt.rpics.2017.3.1.46>
- Duba, J. D., Kindsvatter, A., & Lara, T. (2008). Treating infidelity: Considering narratives of both partners. *The Family Journal*, 16(3), 293–299. <https://doi.org/10.1177/1066480708317692>
- Ebaugh, H. R. (Ed.). (2006). *Handbook of religion and social institutions* (Eds.). Springer Science & Business Media.
- Edgell, P. A. (2006). *Religion and family in a changing society*. Princeton University Press.
- Ellison, C. G., Burdette, A. M., & Wilcox, B. W. (2010). The couple that prays together: Race and ethnicity, religion, and relationship quality among working-age adults.

Journal of Marriage and Family, 72(4), 963-975. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00742.x>

- Ferreira-Lemos, P. P. (2011). Navegar é fantasiar: relações virtuais e psicanálise. *Psico*, 42(1), 59-66.
- Ferreira, G. C. (2012). *Redes sociais de informação em organizações num contexto da sociedade contemporânea* [Master's thesis, Universidade de São Paulo]. Digital Library USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17042013-154735/en.php>
- Fife, S. T., Weeks, R., & Gambescia, N. (2008). Treating infidelity: An integrative approach. *The family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 16(4), 316-323. <https://doi.org/10.1177/1066480708323205>
- Fincham, F. D., & May, R. W. (2017). Infidelity in romantic relationships. *Current Opinion in Psychology*, 13, 70–74. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2016.03.008>
- Fincham, F. D., Jackson, H., & Beach, S. R. H. (2005). Transgression severity and forgiveness: Different moderators for objective and subjective severity. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 24(6), 860–875. <https://doi.org/10.1521/jscp.2005.24.6.860>
- Fincham, F. D., & May, R. W. (2021). Infidelity in romantic relationships: Conceptualization, prevalence, and correlates. In J. J. Ponzetti Jr. (Ed.), *Evidence-based approaches to relationship and marriage education* (pp. 199–214). Routledge.
- Forste, R., & Tanfer, K. (1996). Sexual exclusivity among dating, cohabiting, and married women. *Journal of Marriage and the Family*, 58(1), 33–47. <https://doi.org/10.2307/353375>
- Fletcher, G. J. O., Simpson, J. A., & Thomas, G. (1998). The measurement of perceived relationship quality components: A confirmatory factor analytic approach. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 340-354.
- Freire, J. S. C. (2012). *Infidelidade – Atitudes e representações contemporâneas* [Master's thesis, Instituto Universitário de Lisboa]. ProQuest. <https://www.proquest.com/openview/5135091674094b81eb7048a0ad2793ed/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>
- Freitas, A. P. A., & Borges (2014). Tentativas de suicídio e profissionais de saúde:

- Significados possíveis. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 560-577.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n2/v14n2a10.pdf>
- Gable, S. L., & Poore, J., (2008). Which thoughts count? Algorithms for evaluating satisfaction in relationships. *Psychological Science*, 19(10),
- Gameiro, J. (2024). *Manual de infidelidade* (2nd ed.). Avenida da Liberdade Editores.
- Galvão, C. L. (2017). Os sentidos do termo virtual em Pierre Lévy. *Logeion: filosofia da informação*, 3(1), 108-120.
<https://doi.org/10.21728/logcion.2016v3n1.p108-120>
- Garcia, J. R., & Reiber, C. (2008). Hook-up behavior: A biopsychosocial perspective. *Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology*, 2(4), 192–208.
<https://doi.org/10.1037/h0099345>
- Gerson, M. J. (2011). Cyberspace betrayal: Attachment in an era of virtual connection. *Journal of Family Psychotherapy*, 22(2), 148–156.
<https://doi.org/10.1080/08975353.2011.578039>
- Goldenberg, M. (2006). *Infel: Notas de uma antropóloga*. Record.
- Goldenberg, M. (2008). *Coroas: Corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade*. Record.
- Goldenberg, M. (2013). Amor, casamento e fidelidade na cultura brasileira. *Journal of Revista Científica Gênero na Amazônia*, 3, 13–24.
<https://generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-3/Artigos/Artigo1-Mirian.pdf>
- Gonyea, J. L. J. (2004). Internet sexuality: Clinical implications for couples. *American Journal of Family Therapy*, 32(5), 375-390.
<https://doi.org/10.1080/01926180490499341>
- Gordon, K. C., & Baucom, D. H. (2003). Forgiveness and marriage: Preliminary support for a measure based on a model of recovery from a marital betrayal. *American Journal of Family Therapy*, 31(3), 179–199.
<https://doi.org/10.1080/01926180301115>
- Gordon, K. C., & Mitchell, E. A. (2020). Infidelity. In J. J. Ponzetti Jr. (Ed.), *Encyclopedia of intimacy and relationships* (pp. 329–332). Springer.
- Glass, S. P., & Wright, T. L. (1985). Sex differences in type of extramarital involvement and marital dissatisfaction. *Sex Roles*, 12(9–10), 1101–1120.
<https://doi.org/10.1007/BF00288149>
- Glass, S. P., & Wright, T. L. (1992). Justifications for extramarital relationships: The

- association between attitudes, behaviors, and gender. *Journal of Sex Research*, 29(3), 361–387. <https://doi.org/10.1080/00224499209551654>
- Glass, S. P. (2002). Couple therapy after the trauma of infidelity. In A. S. Gurman & N. S. Jacobson (3rd. Eds.), *Clinical handbook of couple therapy* (pp. 488-507). <https://psycnet.apa.org/record/2003-04270-018>
- Greenfield, D. N. (1999). Psychological characteristics of compulsive internet use: A preliminary analysis. *Cyberpsychology and Behavior*, 2(5), 403-412. <https://doi.org/10.1089/cpb.1999.2.403>
- Haack, K. R., & Falcke, D. (2013). Infidelid@de.com: Infidelidade em relacionamentos amorosos mediados e não mediados pela Internet. *Psicologia em Revista*, 19(2), 305-327. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2013v19n2p305>
- Hall, J. H., & Fincham, F. D. (2006). Relationship dissolution following infidelity: The roles of attributions and forgiveness. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25(5), 508–522. <https://doi.org/10.1521/jscp.2006.25.5.508>
- Hall, J. H., & Fincham, F. D. (2009). Psychological distress: Precursor or consequence of dating infidelity?. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 35(2), 143-159. <https://doi.org/10.1177/0146167208327189>
- Harris, C. R. (2002). Sexual and romantic jealousy in heterosexual and homosexual adults. *Psychological Science*, 13(1), 7–12. <https://doi.org/10.1111/1467-9280.00402>
- Hazan, C.; Diamond, L. M. (2000). The place of attachment in human mating. *Review of General Psychology*, 4(2), 186-204. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.4.2.1>
- Henline, B. H., Lamke, L. K., & Howard, M. D. (2007). Exploring perceptions of online infidelity. *Personal Relationships*, 14(1), 113–128. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2006.00144.x>
- Hertlein, K. M., & Blumer, L.C. (2013). *The couple and family technology framework: Intimate relationships in a digital age*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203081815>
- Hertlein, K. M., & Piercy, F. P. (2006). Internet infidelity: A critical review of the literature. *The Family Journal*, 14(4), 366–371. <https://doi.org/10.1177/1066480706290508>
- Hertlein, K. M., & Stevenson, A. (2010). The seven “As” contributing to internet-related intimacy problems: A literature review. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 13(4), 447–452. <https://doi.org/10.1089/cyber.2009.0411>

- Hood, R. W. Jr., Hill, P. C., & Spilka, B. (2018). *The psychology of religion: An empirical approach* (4th ed.). Guilford Publications. <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/73323/1/31.pdf.pdf>
- Hou, Y., Xiong, D., Jiang, T., Song, L., & Wang, Q. (2019). Social media addiction: Its impact, mediation, and intervention. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 13(1). <https://doi.org/10.5817/CP2019-1-4>
- Jefferson, S. G. (2009). *What's sex gotta do with it? Relationship and risk factors influencing infidelity in young couples* [Master's thesis, Kansas State University]. Kansas State University. <http://hdl.handle.net/2097/13787>
- Johnson, H. D., Kent, A., & Yale, E. (2012). Examination of identity and romantic relationship intimacy associations with well-being in emerging adulthood. *Identity*, 12(4), 296–319. <https://doi.org/10.1080/15283488.2012.716381>
- Kim, H. (2013). Statistical notes for clinical researchers: Assessing normal distribution (2) using skewness and kurtosis. *Restorative Dentistry & Endodontics*, 38(1), 52–54. <https://doi.org/10.5395/rde.2013.38.1.52>
- Klesse, C. (2006). Polyamory and its 'others': Contesting the terms of non-monogamy. *Sexualities*, 9(5), 565-583. <https://doi.org/10.1177/1363460706069986>
- Kraut, R., Patterson, M., Lundmark, V., Kiesler, S., Mukopadhyay, T., & Scherlis, W. (1998). Internet paradox: A social technology that reduces social involvement and psychological well-being? *American Psychologist*, 53(9), 1017–1031. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.53.9.1017>
- Lavelle, S. (2013). *Tolerance for infidelity: Exploring the factors that determine a person's likelihood of staying in a relationship where infidelity has occurred* [Doctoral dissertation, Adelphi University]. ProQuest Dissertations Publishing.
- Leal, A. R. (2005). *Infidelidade na ótica de terapeutas de casal* [Master's thesis, Universidade Católica de Salvador]. Relatório UCSAL.
- Lévy, P. (1996). *O que é o virtual?* (1st ed.). Editora 34.
- Lichter, D. T., & Carmalt, J. H. (2009). Religion and marital quality among low-income couples. *Social Science Research*, 38(1), 168-187. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2008.07.003>
- Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. Editora Barcarolla.
- Logan, J. M., & Cobb, R. J. (2016). Benefits of Capitalization in Newlyweds: Predicting

- Marital Satisfaction and Depression Symptoms. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 35(2), 87-106.
<https://doi.org/10.1521/jscp.2016.35.2.87>
- Lopes, T. A. (2019). *O falso self e a dependência da internet e das redes sociais* [Master's thesis, Instituto de Ciências Psicopedagógicas]. Repositório do ISPA.
<http://hdl.handle.net/10400.12/7149>
- Lourenço, M. M. C. (2006). *Casal: conjugalidade e ciclo evolutivo*. [Doctoral dissertation, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação]. Repositório da UC. <https://hdl.handle.net/10316/973>
- Maddock, M. (2022). *Is there a relationship between religiosity and infidelity? A metaanalysis* [Doctoral dissertation, Brigham Young University]. BYU ScholarsArchive.
<https://www.proquest.com/openview/411a563adf5a6b1520022593e6ab219f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>
- Magalhães, M. M. (2009). A infidelidade conjugal e seus mitos: Uma leitura gestáltica. *Revista IGT na Rede*, 6(10), 58-90.
- McAnulty, R. D., & Brineman, J. M. (2007). Infidelity in dating relationships. *Annual Review of Sex Research*, 18(1), 94–114.
<https://doi.org/10.1080/10532528.2007.10559848>
- Mark, K. P., Janssen, E., & Milhausen, R. R. (2011). Infidelity in heterosexual couples: Demographic, interpersonal, and personality-related predictors of extradyadic sex. *Archives of Sexual Behavior*, 40(5), 971–982.
<https://doi.org/10.1007/s10508-011-9771-z>
- McAnulty, R. D., & Brineman, J. M. (2007). Infidelity in dating relationships. *Annual Review of Sex Research*, 18(1), 94-114.
<https://doi.org/10.1080/10532528.2007.10559848>
- McCullough, M. E., Larson, D. B., & Koenig, H. G. (2001). *Handbook of religion and health*. Oxford University Press.
- McDaniel, B. T., Drouin, M., & Cravens, J. D. (2017). Do You Have Anything to Hide? Infidelity-Related Behaviors on Social Media Sites and Marital Satisfaction. *Computers in Human Behavior*, 66, 88–95.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.09.031>
- Mileham, B. L. A. (2007). Online infidelity in Internet chat rooms: An ethnographic

- exploration. *Computers in Human Behavior*, 23(1), 11–31. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2004.03.033>
- Moreno, N., & Kahumoku-Fessler, E. P. (2018). Understanding infidelity: How perceptions of infidelity behaviors vary by sex and one's own infidelity experiences. *The American Journal of Family Therapy*, 1-15. <https://doi.org/10.1080/01926187.2018.1441760>
- Myers, S. M. (2006). Religious homogamy and marital quality: Historical and generational patterns, 1980 – 1997. *Journal of Marriage and Family*, 68(2), 292 – 304. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2006.00253.x>
- Narciso, I., & Costa, M. E. (2002). Percursos de mudança na qualidade conjugal – fragmentos de um estudo sobre conjugalidades satisfeitas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17, 181–195.
- Narciso, I. & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Coisas de Ler.
- Nemeth, J. M., Bonomi, A., Lee, M. A., & Ludwin, J. M. (2012). Sexual infidelity as trigger for intimate partner violence. *Journal of Women's Health*, 21(9), 942–949. <https://doi.org/10.1089/jwh.2011.3328>
- Norona, J. C., Olmstead, S. B., & Welsh, D. P. (2018). Betrayals in emerging adulthood: A developmental perspective of infidelity. *The Journal of Sex Research*, 55(1), 84-98. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1342757>
- Oladele, O. M., & Bambi, B. I. (2025). Brief history of the development of information and communication technology (ICT). In M. Fabunmi., R. S. Bosu., A. Adebayo., & E. A. Erwat (Eds.), *Management Information System in Education* (pp. 21–49). EDUDIA. <https://www.researchgate.net/publication/389939469>
- Oliveira, L. R., & Bressan, C. (2014). A percepção do sujeito que matou por amor. *Mudanças*, 22(1), 21-30. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v22n1p21-30>
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using the SPSS* (2nd ed.). Allen & Unwin.
- Pallant, J. (2020). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using IBM SPSS*. (3rd ed.). Open University Press.
- Pargament, K. I., Magyar, G. M., Benore, E., & Mahoney, A. M. (2005). Sacrilege: A study of sacred loss and desecration and their implications for health and well-being in a community sample. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 44(1), 59-78. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5906.2005.00265.x>

- Pasini, W. (2010). *Amores infelizes. Psicologia da traição*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Pereira, R. C. (2005). *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. (4th ed.). Juruá Editora.
- Perel, E. (2006). Intelligent infidelity: Reconciling sexual honesty and eroticism in long-term relationships. Lecture presented at the Society for the Advancement of Sexual Health Conference, Boston, MA, United States.
- Perel, E. (2019). *The state of affairs: Rethinking infidelity*. HarperCollins.
- Pontes, H. M., Patrão, I. M., & Griffiths, M. D. (2014). Portuguese validation of the Internet Addiction Test: An empirical study. *Journal of Behavioral Addictions*, 3(2), 107–114. <https://doi.org/10.1556/JBA.3.2014.2.4>
- Policarpo, V. (2011). Sexualidades em construção, entre o privado e o público. In A. Almeida (Eds.), *História da vida privada em Portugal: Os nossos dias*. (pp. 48-79). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pittman, F. (1994). *Mentiras privadas. A infidelidade e a traição da intimidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Prado, L. C. (2009). O casamento e as relações. In Colaboradores (Eds.), *Manual de terapia familiar*. (pp. 401-415). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Ratiu, M. (2023). Predictors of couple satisfaction. *Bulletin of the Transilvania*, 16(65), 59-66. <https://doi.org/10.31926/but.ssl.2023.16.65.1.6>
- Rocha, C. (2007). Infidelidade conjugal: Uma análise psicossocial [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.
- Rocha, K. (2018). *O papel das redes sociais na infidelidade sexual e emocional*. [Master's thesis, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/8423d9a2-1a7b-44ae-9360-e65c866eabb4/content>
- Rogozinski, E., Motta, E. & Lobo, M. (2010, agosto). Infidelidade: um ponto final ou um tempero no relacionamento. [Paper presentation]. IX Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, Búzios, Rio de Janeiro.
- Ross, M. W., Mansson, S. A., & Daneback, K. (2005). Prevalence, severity, and correlates of problematic sexual Internet use in Swedish men and women. *Archives of Sexual Behavior*, 34(2), 157–166. <https://doi.org/10.1007/s10508-005-1793-3>
- Ross, M. W., & Kauth, M. R. (2002). Men who have sex with men, and the Internet:

- Emerging clinical issues and their management. In A. Cooper (Ed.), *Sex and the Internet: A guidebook for clinicians* (pp. 47–69). Brunner-Routledge.
- Rus, H. M., & Tiemensma, J. (2017). “It's complicated.” A systematic review of associations between social network site use and romantic relationships. *Computers in Human Behavior*, 74, 684–703. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2017.06.004>
- Rye, M. S., Pargament, K. I., Pan, W., Yingling, D. W., Shogren, K. A., & Ito, M. (2005). Can group interventions facilitate forgiveness of an ex-spouse? A randomized clinical trial. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(5), 880-892. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-006X.73.5.880>
- Santos, L. R. (2018). *Crenças e vivências da infidelidade na contemporaneidade* [Master's thesis, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da UFS. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/9288>
- Saraiva, C. G. (2024). *Trair ou ser traído? Estudo exploratório sobre os preditores e os efeitos da infidelidade numa amostra de jovens portuguesas* [Master's thesis, Universidade Lusíada]. ProQuest. <https://www.proquest.com/openview/30074520131e0c3275b6c8e5c3b0d7df/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>
- Satler, M. K.. (2010, agosto). A dor na infidelidade conjugal. [Conference session]. IX Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, Búzios, Rio de Janeiro.
- Selterman, D., Garcia, J. R., & Tsapelas, I. (2021). What do people do, say, and feel when they have affairs? Associations between extradyadic infidelity motives with behavioral, emotional, and sexual outcomes. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 47(3), 238–252. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2020.1856987>
- Scheeren, P., Apellániz, I. A. M., & Wagner, A. (2018). Infidelidade conjugal: A experiência de homens e mulheres. *Trends in Psychology*, 26(1), 355–369.
- Schneider, J. P., Weiss, R., & Samenow, C. (2015). Is it really cheating? Understanding the emotional reactions and clinical treatment of spouses and partners affected by cybersex infidelity. *Journal of Treatment & Prevention*, 19(1-2), 123–139. <https://doi.org/10.1080/10720162.2012.658344>
- Shackelford, T. K., Buss, D. M., & Bennett, K. (2002). Forgiveness or breakup: Sex differences in responses to a partner's infidelity. *Cognition and emotion*, 16(2), 299-307. <https://doi.org/10.1080/02699930143000202>
- Shrestha, P., Shaver, S., Perlman, T., & Walsham, W. (2023). Emotional dimensions

- of infidelity: An analysis of psychological and emotional factors affecting relationship infidelity. *Jurnal Sosial Sains Terapan dan Riset*, 11(2), 51-66.
- Shaw, J. (1997). Treatment rationale for internet infidelity. *Journal of Sex Education and Therapy*, 22(1), 29-34.
<https://doi.org/10.1080/01614576.1997.11074168>
- Silva, J. R. (2022). Adicção em redes sociais, sintomatologia depressiva e ansiedade social *Psicologia Argumento*, 40(110), 2165-2184. <https://orcid.org/0000-0003-2536-7776>
- Singly, F. (2010). *Sociologie de la famille contemporaine*. (3rd. ed.). Edition Refondue.
- Sternberg, R. J. (1988). Triangulating love. In R. J. Sternberg & M. L. Barnes (Eds.), *The psychology of love* (pp. 119–138). Yale University Press.
- Stolzenberg, R. M., Blair-Loy, M., & Waite, L. J. (1995). Religious participation over the early life course: Age and family life cycle effects on church membership. *American Sociological Review*, 60(1), 84-103. <https://doi.org/10.2307/2096347>
- Suler, J. (2004). The online disinhibition effect. *CyberPsychology & Behaviour*, 7, 321-326. <https://doi.org/10.1089/1094931041291295>
- Suzuki, L. K., & Calzo, J. P. (2004). The search for peer advice in cyberspace: An examination of online teen bulletin boards about health and sexuality. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 25(6), 685–698.
<https://doi.org/10.1016/j.appdev.2004.09.002>
- Thompson, A. E., & O’Sullivan, L. (2016). I can but you can’t: Inconsistencies in judgments of and experiences with infidelity. *Journal of Sexual Research*, 7. <https://doi.org/10.1017/jrr.2016.1>
- Treas, J., & Giesen, D. (2000). Sexual infidelity among married and cohabitating americans. *Journal of Marriage and the Family*, 62(1), 48-60.
<https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00048.x>
- Umberson, D., Williams, K., Powers, D. A., Liu, H., & Needham, B. (2006). You make me sick: Marital quality and health over the life course. *Journal of Health and Social Behavior*, 47(1), 1–16. <https://doi.org/10.1177/002214650604700101>
- Urman, A. (2009, Abril 9). *As muitas caras da infidelidade*.
<http://opinionsur.org.ar/joven/As-muitas-caras-da-infidelidade>
- Utami, A. N. (2022). Ekspresi cinta pada dewasa awal yang berpacaran. *Acta Psychologica*, 4(1), 29–37. <https://doi.org/10.21831/ap.v4i1.51627>
- Utz, S., Muscanell, N., & Khalid, C. (2015). Snapchat elicits more jealousy than

- facebook: A comparison of snapchat and facebook use. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 18(3), 141–146.
<https://doi.org/10.1089/cyber.2014.0479>
- Varma, P., Barman, J. D., & Maheshwari, S. (2023). Why did I cheat on my partner? Mapping the motives of infidelity in dating relationships through the perpetrators. *The Family Journal*. Advance online publication.
<https://doi.org/10.1177/10664807231201629>
- Varma, P., & Maheshwari, S. (2024). How do people betray in relationships? Understanding the process of infidelity in dating relationships. *Deviant Behavior*, 45(1), 126–138. <https://doi.org/10.1080/01639625.2023.2240470>
- Vailati, N. (2011). *Casais sem filhos: As repercussões individuais e na relação conjugal* [Doctoral dissertation, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15063>
- Vaterlaus, J. M., Barnett, K., Roche, C., & Young, J. A. (2016). “Snapchat is more personal”: An exploratory study on snapchat behaviors and young adult interpersonal relationships. *Computers in Human Behavior*, 62, 594–601.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.04.029>
- Vatin, F. (2002). “Évolution historique d’une pratique: le passage de l’adultère à l’infidélité”. *Sociétés*, 75(84), 33-40.
- Vermeulen, W. R. J., Zoutewelle-Terovan, M., Kooiman, N., & Liefbroer, A. C. (2023). Religion and union dissolution: Effects of couple and municipal religiosity on divorce and separation. *Demographic Research*, 49(20), 513-542.
<https://doi.org/10.4054/DemRes.2023.49.20>
- Viegas, T., & Moreira, J. M. (2013). Julgamentos de infidelidade: Um estudo exploratório dos seus determinantes. *Estudos de Psicologia*, 18(3), 411-418.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300001>
- Viegas, T. A., & Moreira, J. M. (2015). Mas porquê? Um estudo multiteórico dos preditores da infidelidade. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, 29(2), 1–16. <http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v29i2.1002>
- Vossler, Andreas (2016). Internet infidelity 10 years on: A critical review of the literature. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 24(4), 359–366. <https://doi.org/10.1177/106648071666319>
- Vossler, A., & Moller, N. P. (2019). Internet affairs: Partners’ perceptions and experiences of internet infidelity. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 46(1), 1-11.

<https://doi.org/10.1080/0092623X.2019.1654577>

- Wallace, P. (1999). *The psychology of the internet*. (1st ed.). Cambridge University Press.
- Walther, J. B. (2007). Selective self-presentation in computer-mediated communication: Hyperpersonal dimensions of technology, language, and cognition. *Computers in Human Behavior*, 23(5), 2538-2557.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2006.05.002>
- Weiser, D. A., & Weiser, D. J. (2016). Self-efficacy in romantic relationships: Direct and indirect effects on relationship maintenance and satisfaction. *Personality and Individual Differences*, 89, 152–156. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.10.013>
- Wolfinger, N. H., & Wilcox, W. B. (2008). Happily ever after? Religion, marital status, gender and relationship quality in urban families. *Social Forces*, 86(3), 1311-1337. <https://doi.org/10.1353/sof.0.0023>
- Whitty, M. T. (2008). Liberating or debilitating? An examination of romantic relationships, sexual relationships and friendships on the net. *Computers in Human Behavior*, 24(5), 1837-1850. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2008.02.009>
- Wright, P. J., Tokunaga, R. S., Kraus, A., & Klann, E. (2017). Pornography consumption and satisfaction: A meta-analysis. *Human Communication Research*, 43(3), 315–343. <https://doi.org/10.1111/hcre.12108>
- Yellowlees, P. M., & Marks, S. (2007). Problematic internet use or internet addiction?. *Computers in human behaviour*, 23(3), 1447-1453.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2005.05.004>
- Young, K. S. (1996). Internet addiction: The emergence of a new clinical disorder. *CyberPsychology and Behavior*, 1(3), 237-244.
- Young, K. S. (1998). Internet addiction: The emergence of a new clinical disorder. *CyberPsychology & Behavior*, 1(3), 237–244.
<https://doi.org/10.1089/cpb.1998.1.237>
- Young, K. S. (2006). Online infidelity: Evaluation and treatment implications. *Journal of Couple and Relationship Therapy*, 5(2), 43–56.
https://doi.org/10.1300/J398v05n02_03
- Young, K. S. (2007). Cognitive-behavioral therapy with internet addiction: Treatment outcomes and implications. *Cyber Psychology & Behavior*, 10(5), 671-679. <https://doi.org/10.1089/cpb.2007.9971>
- Young, K. S., & Abreu, C. N. (2011). *Dependência de internet. Manual e Guia de*

Avaliação e Tratamento. Artmed Editora.

Zerbini, M. I. S. (2014). *O virtual invade a conjugalidade: O que buscam os usuários de sites de infidelidade.* [Doctoral dissertation, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15332>